



RECEITA FEDERAL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL DA 10^a REGIÃO FISCAL
PORTO ALEGRE - RS**

TOMADA DE CONTAS ANUAL

II

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2007**

1. Identificação

Item 1 do Anexo II, combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

1.1 Nome completo da Unidade e Sigla.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal –
SRRF10.

1.2 Número do CNPJ.

00.394.460/0147-97.

1.3 Natureza Jurídica.

Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

1.4 Vinculação Ministerial.

Ministério da Fazenda.

1.5 Endereço Completo.

Avenida Loureiro da Silva, n.º 445 – 5º Andar – Sala 504
CEP 90010-420 – Porto Alegre/RS
Telefone: (51) 3455-25-60 Fax: (51) 3455-25-84

1.6 Endereço da Página Institucional na *Internet*.

www.receita.fazenda.gov.br.

1.7 Nome e Código das Unidades Gestoras (UG) e Gestões utilizados no SIAFI.

- 1.7.1 Nome do Órgão: Secretaria da Receita Federal do Brasil
- 1.7.2 Código do Órgão: 25801
- 1.7.3 UNIDADES GESTORAS

UG	Nome	Gestão
170177	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal - SRRF10	00001
170178	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul - DRF/CXL	00001
170179	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo - DRF/PFO	00001
170180	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas - DRF/PEL	00001
170181	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre - DRF/POA	00001
170182	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Rio Grande - ALF/RGE	00001
170183	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria - DRF/STM	00001
170184	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo - DRF/NHO	00001
170185	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo - DRF/SAO	00001
170186	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana – DRF/URA	00001
170187	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Sant'Ana do Livramento-IRF/SLV	00001
170240	Alfândega do Aeroporto Internacional Salgado Filho - ALF/POA	00001
170263	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul - DRF/SCS	00001
170269	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre - IRF/POA	00001
170270	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí – IRF/CHU	00001

1.7.4 Gestões utilizados no SIAFI: 00001 – Tesouro.

1.8. Código da UJ titular do relatório: 170177 - Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal - SRRF10.

1.9. Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial: Criada pela Lei nº 11.457, de 16/03/2007, DOU de 19/03/2007, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal (art. 2º, parágrafo 4º), entrando em vigor esta determinação legal em 02/05/2007. A finalidade do órgão, bem como a definição de competências e estrutura organizacional encontram-se descritas em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicado no DOU de 02 de maio de 2007 e alterações posteriores, conforme as seguintes Portarias MF: nº 225, de 05 de setembro de 2007; nº 323, de 19 de dezembro de 2007; e nº 23, de 30 de janeiro de 2008.

1.10. Situação da unidade quanto ao funcionamento

Ativa, em funcionamento.

1.11. Função de governo predominante:

1.12. Tipo de Unidade: Administração Tributária Federal.

1.13. Situação da Unidade: em funcionamento.

2. Responsabilidades Institucionais

A criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, decorrente da unificação entre a Secretaria da Receita Federal – SRF e Secretaria da Receita Previdenciária – SRP a partir da Lei 11.457 /2007, teve como objetivo aprimorar a eficácia e a efetividade da administração tributária federal por meio da integração e racionalização dos esforços e de recursos e pela obtenção de sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos de trabalho, equipes e pessoas. Pretende-se, portanto, alcançar a melhoria na qualidade dos serviços prestados e do controle fiscal, otimizando a arrecadação tributária e o controle do fluxo do comércio exterior. Adicionalmente, deverá haver uma redução de custos não somente da administração federal, mas principalmente do próprio cidadão no que tange ao cumprimento de suas obrigações tributárias.

Desta forma, os objetivos da criação da RFB podem ser assim sintetizados:

- maior interação com a sociedade, constituindo-se numa representação única do fisco federal e promovendo a prestação de serviços de excelência, permitindo a redução do custo do cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes;
- modernização e excelência, permitindo a integração de pessoas, processos e sistemas na busca de maior eficiência, eficácia e efetividade;
- garantia do financiamento do Estado, inclusive da Previdência Social.

A RFB é o órgão central de direção superior da Administração Tributária, subordinado diretamente ao Ministro da Fazenda, exercendo as funções básicas de controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos - inclusive os tributos aduaneiros - e contribuições federais – inclusive as previdenciárias. Atua também, em nível de assessoramento, na formulação das políticas tributária e aduaneira do País e é responsável, ainda, pelo julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas é expresso por meio da missão institucional, a qual é formada por três elementos:

- Prover o Estado de recursos para garantir o bem-estar social

Promover a arrecadação de tributos, inclusive previdenciários, atuando nas etapas complementares de controle das obrigações tributárias, constituição do crédito tributário, controle e recuperação do crédito tributário, até a etapa final de realização da arrecadação ou dos ingressos tributários que irão financiar os gastos públicos a favor do bem-estar social. Estão incluídos nesta formulação: o combate aos crimes contra a ordem tributária e a contribuição para o aprimoramento da política tributária e aduaneira. A sociedade é a beneficiária final da atuação da instituição.

- Prestar serviços de excelência à sociedade

Cumprir e fazer cumprir a legislação tributária e aduaneira, facilitando e estimulando o atendimento das obrigações tributárias, inclusive previdenciárias, com redução dos custos de cumprimento por parte do contribuinte e de gestão por parte da Secretaria Receita Federal do Brasil, pautando-se pela ética, imparcialidade e justiça fiscal. Atuar com eficiência, eficácia e efetividade.

- Prover segurança, confiança e facilitação para o comércio internacional

Promover segurança da economia – proteção à concorrência e proteção tarifária contra a concorrência; segurança da sociedade – segurança pública, proteção ao patrimônio ambiental e cultura e dos direitos dos consumidores; segurança internacional no âmbito dos compromissos internacionais do País em matéria de cooperação e assistência, na busca de um comércio seguro contra as ameaças internacionais – crime organizado transnacional e terrorismo; confiança no comércio internacional para um comércio internacional legítimo – bens lícitos, proteção a propriedade intelectual internacional, proteção aos espécimes ameaçados de extinção internacional; facilitação do comércio internacional – controle aduaneiro com racionalidade, transparência e eficiência, visando a prosperidade, segurança e bem-estar da sociedade.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo.

A visão de futuro para 2015 RFB busca ser uma organização modelo de excelência em gestão, referência nacional e internacional em administração tributária e aduaneira.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil estão de acordo com a Portaria MF nº 95 de 20/04/2007, e alterações posteriores, conforme já citado no subítem 1.9, ou seja, as Portarias MF nº 225 de 5/9/2007, nº 323 de 19/12/2007 e nº 23 de 30/01/2008:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, normatizar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da previdência social e de outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União, relativos aos tributos e contribuições por ela administrados;

VI - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos na economia do País;

VII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, recolhimento e controle dos tributos e contribuições e demais receitas da União, sob sua administração;

VIII - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

IX - propor medidas destinadas a compatibilizar os valores previstos na programação financeira federal com a receita a ser arrecadada;

X - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam desses assuntos;

XI - promover atividades de integração, entre o fisco e o contribuinte, e de educação tributária, bem assim preparar, orientar e divulgar informações tributárias;

XII - formular e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIII - celebrar convênios com os órgãos e entidades da administração federal e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades e realização de operações conjuntas;

XIV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XV – negociar e participar de implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVI - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XIX - participar, observada a competência específica de outros órgãos, das atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem de dinheiro;

XX - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXI - articular-se com entidades e organismos internacionais e estrangeiros com atuação no campo econômico-tributário e econômico-previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXII – elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos; e

XXIII - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à prevenção e o combate às fraudes e práticas delituosas no âmbito da administração tributária federal e aduaneira.

A estrutura organizacional da RFB está distribuída nos níveis central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

A função de dirigente da instituição é exercida pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, que ocupa o cargo de maior nível hierárquico da RFB, sendo auxiliado por 6 (seis) Secretários-Adjuntos. Estão diretamente subordinadas ao Secretário as Unidades Centrais, as Superintendências Regionais (SRRF) e as Delegacias de Julgamento da Receita Federal (DRJ).

As Unidades Centrais compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, a saber:

➤ **Unidades de Assessoramento Direto:**

Gabinete – Gabin: Assiste o Secretário em sua representação social, no preparo e despacho do expediente e no relacionamento com a Imprensa; acompanha as matérias de interesse da Secretaria junto ao Congresso Nacional.

Assessoria Especial – Asesp: Atua nas atividades de apoio técnico-jurídico ao Secretário e seus Adjuntos; assessorá o Gabinete no exame e elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos, e de propostas de convênio, de ajuste e de protocolo a serem firmados pelo Secretário; coordena programas, atividades e trabalhos especiais, por designação do Secretário.

Assessoria de Assuntos Internacionais – Asain: Assessora o Secretário no que se refere à negociação, celebração e aplicação de acordos internacionais de assistência mútua, de intercâmbio de informações de natureza tributária e aduaneira, e para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal; presta informações e atendimento a entidades estrangeiras e a organismos internacionais; coordena as atividades dos Adidos Tributários e Aduaneiros junto às Missões Diplomáticas ou às Repartições Consulares brasileiras no exterior.

Assessoria de Comunicação Social – Ascom: Coordena as atividades de comunicação social interna e externa no âmbito da RFB.

Coordenação-Geral de Política Tributária – Copat: Realiza estudos econômicos e estatísticos relativos a matéria tributária e aduaneira; produz subsídios à formulação e à avaliação da política tributária.

Corregedoria-Geral – Coger: Coordena, orienta, executa, controla e avalia as atividades de correição, com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à

disciplina funcionais dos servidores; verifica os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos.

Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit: coordena as atividades relativas com o estabelecimento de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB, executa as auditorias internas nas unidades centrais e descentralizadas e acompanha e avalia o cumprimento das recomendações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo e da própria auditoria interna.

Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav: Coordena as atividades relacionadas com o planejamento e a avaliação institucional, promovendo a integração das ações das unidades da RFB; avalia, em caráter permanente, o modelo organizacional da RFB, propondo o aperfeiçoamento de processos de trabalho, a criação, a transformação e a extinção de unidades organizacionais.

Coordenação-Geral de Gestão de Riscos – Cgris: Coordena as atividades relacionadas com a implementação e a disseminação da metodologia em gestão de riscos na RFB.

Coordenação-Geral de Previsão e Análise – Copan: Coordena as atividades relacionadas com a elaboração e o acompanhamento da previsão e análise da arrecadação das receitas administradas, e das renúncias decorrentes da concessão de benefícios de natureza tributária, disseminando estatísticas e análises sobre o comportamento da arrecadação.

Coordenação Especial de Articulação Parlamentar – Copar: Coordena as atividades relacionadas com o acompanhamento da tramitação de proposição legislativa envolvendo matéria de competência da RFB no âmbito do Congresso Nacional, executando a articulação política junto a parlamentares sobre proposição de interesse da RFB.

Coordenação Especial de Operações Aéreas – Ceoar: Coordena as atividades em que sejam empregados meios aéreos, e prestar apoio aéreo às operações desenvolvidas pela RFB.

➤ **Unidades de Atividades Específicas:**

Coordenação-Geral de Tributação – Cosit: Planeja e controla as atividades de tributação; interpreta a legislação tributária e correlata, expedindo orientação normativa; e aprecia as propostas de alteração de legislação tributária.

Coordenação Especial de Gestão de Cadastros – Cocad: À Coordenação Especial de Gestão de Cadastros – Coordena as atividades relacionadas com os cadastros da RFB.

Coordenação-Geral de Interação com o Cidadão – Coint: Coordena as atividades relacionadas à interação com o cidadão, incluindo os estudos e projetos relativos às atividades de Atendimento Presencial e à Distância, Ouvidoria e Educação Fiscal.

Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relacionadas com as atividades relacionadas com arrecadação, classificação de receitas, cobrança e demais atividades relacionadas à administração do crédito tributário da RFB.

Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial – CocaJ: Coordena as atividades do contencioso administrativo e judicial no âmbito da RFB, e supervisionar as atividades das DRJ.

Coordenação Especial de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Comac: Coordena as atividades relacionadas com acompanhamento econômico-tributário dos maiores contribuintes.

Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis: Planeja, orienta e supervisiona as atividades de fiscalização dos tributos e contribuições administrados pela RFB, exceto as relativas a tributos sobre o comércio exterior.

Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relativas ao controle aduaneiro do comércio exterior, cabendo-lhe expedir orientação normativa destinada a uniformizar os procedimentos aduaneiros; planeja, orienta e supervisiona as atividades de fiscalização dos tributos sobre o comércio exterior.

Coordenação Especial de Vigilância e Repressão Aduaneira – Corep: Coordena as atividades relativas à segurança de áreas e recintos aduaneiros, ao controle de cargas, trânsito aduaneiro e à vigilância e repressão aduaneira.

Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei: Planeja, coordena e controla as atividades de pesquisa e investigação sobre as práticas de evasão, contrabando e fraudes fiscais; promove estudos para o desenvolvimento de técnicas de investigação que permitam identificar tais irregularidades fiscais; coordena as atividades de apuração de indícios de crimes contra a ordem tributária, inclusive o contrabando e o descaminho.

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep: Planeja, coordena, orienta, supervisiona, controla e avalia as atividades relacionadas com a gestão de pessoas, em articulação com as demais unidades da RFB, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos sistemas federais de recursos humanos.

Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação – Cotec: Formula proposta de política de informação e informática da RFB e coordena, orienta e supervisiona a sua implementação; administra os dados, os sistemas de informação e o programa de segurança de dados e informações da RFB; administra os contratos firmados com os fornecedores de serviços de informática.

Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relacionadas com orçamento, programação e execução financeira, contabilidade, recursos materiais e patrimoniais, convênios, licitações, contratos, serviços gerais e mercadorias apreendidas, em articulação com as demais unidades da RFB, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos sistemas federais correlatos.

A estrutura da RFB prevê a divisão do território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle

aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuinte, interação com o cidadão, gestão de pessoas e programação e logística.

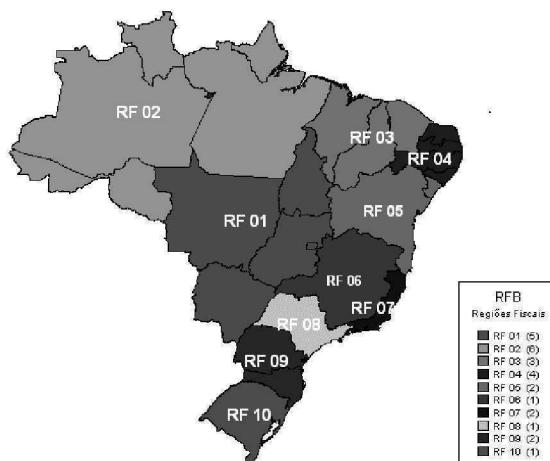
Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal:

- 1ª Região Fiscal: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, com sede em Brasília;
- 2ª Região Fiscal: Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá, com sede em Belém;
- 3ª Região Fiscal: Ceará, Maranhão e Piauí, com sede em Fortaleza;
- 4ª Região Fiscal: Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, com sede em Recife;
- 5ª Região Fiscal: Bahia e Sergipe, com sede em Salvador;
- 6ª Região Fiscal: Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte;
- 7ª Região Fiscal: Rio de Janeiro e Espírito Santo, com sede no Rio de Janeiro;
- 8ª Região Fiscal: São Paulo, com sede em São Paulo;
- 9ª Região Fiscal: Paraná e Santa Catarina, com sede em Curitiba;
- **10ª Região Fiscal: Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.**

Além das Superintendências Regionais, subordinam-se diretamente ao Secretário da Receita Federal as 18 (dezoito) Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ). As Delegacias de Julgamento são Unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Subordinam-se às Superintendências (SRRF) as Unidades locais da RFB, que se classificam em Delegacias, Inspetorias e Alfândegas; às Delegacias estão subordinadas Agências e Inspetorias.

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências	10
Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ)	18
Delegacias da Receita Federal (DRF)	96
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	2
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	2
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	2
Delegacia Especial de Assuntos Internacionais (Deain)	1
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	57
Alfândegas da Receita Federal	23
Agências da Receita Federal	362
TOTAL	573



Quantitativo de unidades descentralizadas por Região Fiscal

	RF 01	RF 02	RF 03	RF 04	RF 05	RF 06	RF 07	RF 08	RF 09	RF 10	BRASIL
ALF	1	4	3	2	2			4	3	2	23
ARF	32	23	34	35	33	38	22	64	42	39	362
DEAIN								1			1
DEFIS								1	1		2
DEINF								1	1		2
DERAT								1	1		2
DRF	7	9	7	8	6	12	5	21	12	9	96
DRJ	2	1	1	1	1	2	2	4	2	2	18
IRF	6	16	1	4	3	1	2	2	10	12	57
SRRF	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
TOTAL	49	54	47	51	46	54	39	99	69	65	573

Jurisdição da 10ª Região Fiscal, com identificação e localização das Unidades Sub-regionais.



3. Estratégia de Atuação

Tendo em vista o papel institucional da RFB, como estratégia de atuação para o exercício de 2007 foram aprovados 15 objetivos gerais aos quais se vinculam ações estratégicas e operacionais de todas as unidades administrativas. Segue a relação dos objetivos gerais:

1. Subsidiar a formulação da política tributária e de comércio exterior.
2. Promover a integração da RFB com órgãos de Estado e organismos, nacionais e internacionais.
3. Intensificar a atuação da RFB no combate ao crime organizado.
4. Fortalecer a imagem institucional da RFB e promover a conscientização tributária do cidadão.
5. Promover o atendimento de excelência ao contribuinte.
6. Otimizar o controle e a cobrança do crédito tributário.
7. Aprimorar a qualidade e a produtividade do trabalho fiscal.
8. Aumentar a eficácia da vigilância e da repressão aos ilícitos aduaneiros.
9. Simplificar, padronizar e agilizar o controle aduaneiro.
10. Aumentar a eficiência e a eficácia no preparo, análise e julgamento dos processos administrativo-fiscais.
11. Promover o aperfeiçoamento, a simplificação e a consolidação da legislação tributária federal e uniformizar a interpretação.
12. Aperfeiçoar a política de Gestão de Pessoas da RFB.
13. Aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de mercadorias apreendidas.
14. Aprimorar a política de gestão da informação e de infra-estrutura de tecnologia.
15. Implementar gestão de excelência na RFB.

Como descrito anteriormente, importante ressaltar aqui a implementação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por força da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, resultado da junção de duas Secretarias da Receita Federal – SRF, vinculada ao Ministério da Fazenda e da Receita Previdenciária- SRP, vinculada ao Ministério da Previdência, que teve como objetivo a reorganização da Administração Tributária da União, propiciando incremento na arrecadação de tributos e contribuições federais, bem como, por meio da adoção de diversas medidas de eficiência, a racionalização administrativa.

Para que tal objetivo fosse alcançado foram estabelecidas metas, por meio das quais a unificação da RFB tornar-se-ia plena, tais como:

- Unificação física das unidades da RFB;
- Harmonização das legislações previdenciária e de tributos internos;
- Unificação da infra-estrutura tecnológica, dentre outras.

Quanto aos avanços obtidos podem-se citar:

- a) A edição e publicação de atos normativos necessários à unificação;

- b) A implantação da linha de comando único em todos os níveis organizacionais;
- c) O alinhamento da nova jurisdição, com correspondente reflexo nos sistemas tecnológicos;
- d) Unificação de 81,2% do total das unidades de atendimento presencial ao contribuinte;
- e) A redução em 60% das unidades descentralizadas. Eram 1.441 unidades antes da unificação, sendo 566 da ex-SRF e 875 da ex-SRP, passando para 573 na RFB;
- f) O aumento do prazo de impugnação para o contribuinte, quanto às contribuições previdenciárias, de 15 para 30 dias;
- g) O aumento da eficiência da Fiscalização, com o incremento de 80% no quantitativo de autuações e de 42% em seu volume, com o correspondente lançamento de 108 bilhões em crédito tributário (76 bilhões em 2006) e 521 mil contribuintes fiscalizados (289 mil em 2006); e
- h) O incremento da arrecadação correspondente a tributos e contribuições federais, sem que isso decorresse de qualquer aumento de bases de cálculo ou alíquotas.

O gerenciamento do processo de integração da Receita Federal do Brasil - RFB, no âmbito da jurisdição da 10ª Região Fiscal, contou com a participação de todas as unidades jurisdicionadas e, bem assim, do Gabinete, das diversas divisões, seções e serviços da SRRF10, e suas projeções correspondentes nas demais UJ.

Na área de atuação da Divisão de Arrecadação e Cobrança – Dirac, a fusão com a extinta Secretaria da Receita Previdenciária - SRP, ocorrida em maio de 2007 (Lei nº 11.457/2007), implicou na priorização absoluta das tarefas de integração das unidades descentralizadas dos dois órgãos. Rígidos cronogramas foram traçados e suas consecuções foram perseguidas com afinco. E os resultados se apresentaram, bastando dizer que a 10ª RF foi a que mais rapidamente integrou suas unidades, atingindo 98% de unidades integradas em apenas 8 meses, sendo a média nacional 84%.

A última unidade jurisdicionada não integrada no decorrer do exercício de 2007 – Agência de Montenegro, teve sua integração efetivada em 10 de março de 2008.

De observar, ainda, dentro do tema fusão dos fiscos, que a integração não se deu apenas no plano físico. Também se priorizou a integração de rotinas de trabalho, para que a fusão se construisse de maneira mais rápida e efetiva.

O mesmo fenômeno ocorreu com o Simples Nacional. A entrada em vigor deste sistema simplificado de tributação, em julho, representou (e ainda representa) um grande desafio para as administrações tributárias brasileiras, dado o caráter integrador que traz consigo. Se mudanças de vulto são complexas quando envolvem um ente isoladamente, o que dizer das dificuldades trazidas de um sistema que envolve União, Estados e Municípios, cada qual com suas complexidades, carências e limitações.

Por fim, também a reforma regimental, ocorrida em maio (Portaria MF nº 95/2007), impactou profundamente as atividades da área de arrecadação e cobrança da 10ª RF. Além de assumir o assessoramento do Senhor Superintendente na tarefa de buscar a melhor configuração das unidades descentralizadas da região, a área de arrecadação e cobrança sofreu mudanças estruturais importantes com o novo regimento, em especial, com a criação de uma divisão específica para tratar do atendimento ao contribuinte (Divic).

Na área de atuação da Divisão de Tecnologia da Informação, da SRRF10 - **Ditec**, todo o processo de unificação da SRF com a SRP, teve a coordenação de sua área de Tecnologia da Informação (TI) da 10ª Região Fiscal, acompanhando todas as atividades dos prestadores de serviços Serpro e Dataprev para instalação de sistemas, cópias de dados e visitas às unidades para unificação. A Ditec também coordenou o processo de remanejamento de equipamentos para atendimento das necessidades das unidades e deu início aos estudos para habilitação dos usuários nos sistemas previdenciários, fornecendo subsídios e alertando a Coordenação de Tecnologia da Informação – Cotec sobre a urgência desta atividade.

Estas ações realizadas conjuntamente pela Ditec, pela Dirac, e outras, contribuíram para que todas as unidades da 10ª Região Fiscal estivessem em condições de cadastrar os usuários nos sistemas previdenciários logo após a unificação. Como já relatado, das 57 unidades cuja unificação era prevista para 2007, 56 foram unificadas em 2007, restando apenas uma unidade, Agência de Montenegro, cuja unificação foi efetivada em 10 de março de 2008.

Ademais da importância da Ditec no processo de integração, suas iniciativas para aperfeiçoar a área de tecnologia da informação, no âmbito regional, têm contribuído significativamente para a melhoria do desempenho da 10ª Região Fiscal, em todas as suas áreas de atuação, podendo ser destacadas:

- Capacitação e desenvolvimento

A área de TI, em colaboração com a área de Gestão de Pessoas da 10ª RF, promoveu o treinamento de seus servidores, capacitando-os em:

- Cadastramento e Habilitação em Sistemas de Informação;
- Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização e Serviços na Administração Pública;
- Fiscalização de Contratos Administrativos;
- Técnicas de Testes de Software;
- Auditorias em Redes e Postos de Autoridades de Registro;
- Perícias em Crimes Cibernéticos;
- Cadastramento nos Sistemas Previdenciários; e
- Auditoria de sistemas de informação.

Nessa ação, houve a certificação de 16 servidores para auditorias conforme as normas NBR ISO/IEC 27001 e 19011.

- Desenvolvimento de sistemas e aplicativos

O exercício de 2007 transcorreu sob a perspectiva da formalização do processo de contratação regional, iniciado em 2006, pelo qual a Ditec passou a assumir funções do Órgão Central (Cotec/Dicor), gerenciando o ciclo de vida de 17 sistemas corporativos (DW Setores Estratégicos (Siga Setores de Risco), e-Safira, Gerencial Cigarros (CIG), Gerencial Papel Imune (GPI), IPI Enquadramento, PA-RMF, PGD DBF, PGD DIF Bebidas, PGD DIF Cigarros, PGD DIF Papel Imune, PGD DNF, PGD DOI, Scorpions, Selecon, Selos IPI, Sief DOI e SMV Gerencial).

- Gestão de segurança e informação

A área de TI da 10ª RF tem planejado, fomentado e coordenado atividades que envolvem os mais importantes aspectos relativos à segurança, buscando o envolvimento em todos os níveis da organização. As principais atividades desenvolvidas nessa área em 2007 foram a segurança da informação para a integração da Receita Federal do Brasil, a capacitação sobre normas de segurança da informação, a implementação e divulgação dos convênios de cooperação técnica, a análise de conformidade sobre 12 Redes Locais Anexadas e a análise de conformidade sobre os 14 Postos de Agente de Registro (PAGRs).

- Gerência do ambiente informatizado

A Administração do Ambiente Informatizado na Receita Federal é executada pelo Serpro, sob a gerência da área de Tecnologia da Informação da Receita Federal. Na 10ª RF, se gerencia um parque instalado composto pelos seguintes equipamentos:

- 3.300 computadores pessoais, estacionários (desktops) ou móveis (notebooks), 294 equipamentos servidores e 225 servidores virtuais.

Essa infra-estrutura de alta capilaridade se espalha por 83 redes locais, em 62 municípios distintos no Estado do Rio Grande do Sul e na Argentina e é conectada por circuitos de comunicação de dados de alta velocidade. São cerca de 2.550 usuários interligados, entre si e aos colegas de mais de 500 outras localidades das demais Regiões Fiscais e dos órgãos centrais. Especialmente, em 2007 foram recebidos e ativados 75 novos servidores de rack..

- Reestruturação das redes locais de computadores

Em 2007, foi concluída a confecção dos projetos para a reestruturação das redes locais de computadores da 10ª RF. O valor total orçado para a execução das obras foi de R\$ 9.813.915,04, mas em virtude da falta de recursos orçamentários a licitação não pode ser executada, o que esperamos que ocorra em 2008.

- Aquisição, incorporação e manutenção de equipamentos de infra-estrutura

A área de TI da 10ª RF promove ações no sentido de adequar os produtos de informação e informática às necessidades dos usuários, e controlar sua disponibilidade, prazos, periodicidade de atendimento e avaliação da qualidade, zelando pela sua evolução e permanente adequação às necessidades da SRRF10 e da 10ª Região Fiscal. Em 2007 foram adquiridos os seguintes equipamentos:

5.153 portas de acesso à rede, compondo solução completa de conectividade, com capacidade de vazão de 1 Gbps (gigabits por segundo, equivalente a dez vezes a capacidade de vazão hoje instalada, que é de 100 Mbps – megabits por segundo), com diversas características de segurança e gerenciamento bastante avançadas em relação ao parque atual;

306 microcomputadores para atender aos usuários oriundos da SRP;

500 impressoras laser monocromáticas de média capacidade e interfaces USB e de rede para atender às necessidades da 10ª RF; e

803 leitoras de cartão inteligente tipo PCMCIA para utilização em notebooks, o que deve facilitar a utilização do equipamento por parte destes usuários, pois não haverá mais a necessidade de compartilhar uma única leitora USB entre a estação de trabalho e o notebook.

- Serviços prestados ao órgão central

A área de Tecnologia da Informação da 10ª RF tem sido constante e intensivamente demandada a participar nas tarefas inerentes ao Órgão Central, notadamente na definição, construção, testes, homologação e implementação de Programas Geradores de Declaração (PGD), elaboração de normatização (instruções normativas, portarias, normas de execução, etc.), participação em grupos de trabalho para especificação de softwares, equipamentos e infra-estrutura, bem como na definição e implementação das tarefas vinculadas à utilização dos dados declarados. Isso, sem prejuízo do processo de contratação regional para o desenvolvimento de software anteriormente descrito. Nesse âmbito, destacamos a participação no desenvolvimento do novo Modelo de Serviços Informatizados da RFB e a participação nos grupos de trabalho de desenvolvimento do Sistema de Controle de Créditos – SCC e do Sistema de Informações Econômico-Fiscais - Sief.

Relativamente às atividades concernentes às atribuições da **Divisão de Tributação da SRRF10 – Disit**, e, bem assim, das unidades jurisdicionadas, diversas ações foram desenvolvidas no decorrer do ano de 2007, ressaltando-se:

- Processos de Consulta

Durante o ano de 2007, a Divisão de Tributação (Disit) buscou solucionar o maior número possível de processos de consulta, respeitando a ordem cronológica de protocolização. Para implementar este objetivo, adotaram-se os seguintes procedimentos: foram catalogados e agrupados os processos semelhantes; redigiram-se soluções concisas e objetivas para as consultas, sem prejuízo da qualidade; foram discutidos, em grupo, assuntos complexos, polêmicos ou de grande repercussão; alocou-se Auditores-Fiscais exclusivamente na solução de consultas.

Foram solucionados 331 processos de consulta no período.

Cabe destacar a significativa quantidade de consultas sobre o SIMPLES NACIONAL.

- Atividades de Orientação e Prestação de Informações

A Disit realiza, permanentemente, atividades de esclarecimento e orientação sobre a interpretação da legislação tributária às Unidades integrantes da 10ª Região Fiscal, a outras entidades da administração pública e privada e, quando solicitada, a contribuintes em geral.

Ressalte-se que estas atividades demandam considerável carga de trabalho especializado, dada a complexidade da legislação e constantes alterações ocorridas.

Registre-se ainda que foi significativa a demanda e atuação da Disit, em 2007, nas informações solicitadas pelo Poder Judiciário, pela Advocacia Geral da União, pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual e na interpretação das ações judiciais impetradas contra a Administração Tributária Federal.

Paralelamente, a Divisão de Tributação colaborou em atividades de interesse da Secretaria da Receita Federal, tais como: repasses do Seminário Nacional e orientações técnicas dos Programas Imposto de Renda/2007 e Imposto Territorial Rural/2007, do Seminário sobre o SIMPLES NACIONAL, participação em eventos internos e externos sobre o SIMPLES NACIONAL por meio de palestras, e a participação em grupo instituído pela Coordenação-Geral da Tributação para a elaboração do Regulamento de Pis/Cofins.

Esta Divisão realizou, durante o ano de 2007, dois seminários para discussão de questões sobre normas tributárias e aduaneiras, com a participação de servidores representantes de todas as Unidades da 10ª Região Fiscal.

- Preparo e Julgamento de Recursos Hierárquico-Administrativos

No ano de 2007, houve incremento de processos administrativos com recurso hierárquico ao Superintendente, efetuados com base no art. 56 da Lei nº 9.784, de 1999. A análise e o preparo do despacho decisório desses recursos são de competência da Disit. Assim sendo, aumentou consideravelmente o quantitativo de processos para análise desta Divisão.

4. Gestão de Programas e Ações:

4.1. Programas

4.1.1. Programa 0770 – Administração Tributária e Aduaneira

O programa 0770 – Administração Tributária e Aduaneira é componente do PPA 2004-2007, Plano Brasil de Todos, no mega-objetivo – Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais – que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”.

4.1.1.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Serviços ao Estado
Objetivo geral	Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação.
Gerente do programa	Jorge Antonio Deher Rachid
Gerente executivo	Jânio Castanheira
Indicadores ou parâmetros	Taxa de Realização da Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal e sociedade

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

As principais Ações do Programa utilizadas na Região Fiscal para participar no alcance dos resultados foram:

- 2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira;
- 2238 Arrecadação Tributária e Aduaneira;
- 2272 Gestão e Administração do Programa e
- 3E63 Modernização da Administração Fazendária

Para cumprir com suas obrigações relacionadas à prestação de serviços ao Estado, e visando dar cumprimento ao objetivo geral de promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação nacional vigente, a 10ª Região Fiscal estabeleceu suas metas para o exercício de 2007, tanto no que se refere à arrecadação tributária e aduaneira, à recuperação de créditos relativos a tributos não pagos corretamente, à realização de auditorias visando o combate à sonegação e à inadimplência, e, bem assim, ao necessário controle dos fluxos do comércio exterior – na importação e na exportação, garantindo a sua agilização, mas buscando impedir a concorrência desleal, mediante atos de controle dos fluxos do comércio exterior, quer no momento do próprio despacho aduaneiro, como, também, na sua revisão, e, ainda, mediante a realização de ações de repressão ao contrabando e ao descaminho, buscando, ainda, em qualquer dessas ações, a agilidade e o melhor atendimento ao cidadão e à sociedade como um todo.

As metas estabelecidas para a 10ª Região Fiscal no Exercício de 2007, e os resultados obtidos, os quais serão devidamente abordados no seu contexto próprio, em sequência, conforme a respectiva gestão das ações.

4.1.1.3 Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

4.1.1.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade – Ação Orçamentária
Finalidade	Supervisionar, executar e controlar as atividades de fiscalização tributária e aduaneira federal, combatendo a sonegação fiscal, o contrabando e o descaminho.
Descrição	Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiro, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos. Deslocamento de técnicos para realização de fiscalizações e auditorias, tanto correlacionadas ao recolhimento de tributos federais quanto aos entrepostos aduaneiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Não se aplica
Coordenador nacional da ação	Francisco Alexandre de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Metas e resultados da ação no exercício - Dados gerais da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 4.240.190,70

4.1.1.3.1.2 Resultados

As despesas realizadas na Ação 2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira, na 10ª Região Fiscal, foram para atender convocações do órgão central nos deslocamentos de interesse das Coordenações da Secretaria da Receita Federal do Brasil, tais como planejamento de ações de auditoria e fiscalização, realização de operações aduaneiras de Combate ao Contrabando e Descaminho de âmbito nacional, Reuniões de Trabalho, e Homologação de Sistemas de Informática.

Dentre os Planos Internos que integraram a ação, aquele que apresenta um valor de execução mais significativo é o FISCTRIBRF. Este tem como objetivo atender às atividades de fiscalização de tributos internos e externos da RFB. Neste Plano Interno, as despesas executadas com deslocamento de pessoal perfizeram um total de R\$ 749.285,55, incluindo pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas.

Outro Plano Interno que merece destaque é o OBRASSRF, que tem como objetivo a execução de obras de construção e reforma, e serviços de reparos e adaptações nos imóveis ocupados pelas Unidades. Com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que unificou as atividades da SRF e da SRP, os servidores da Receita Previdenciária foram integrados ao quadro de pessoal da Receita Federal do Brasil, havendo a necessidade de adaptar alguns imóveis para receber este novo contingente de servidores, bem como nos imóveis que foram locados, onde a área existente não comportava o acréscimo de servidores. Foram ainda efetuados serviços de conservação em prédios ocupados por unidades da Receita Federal do Brasil, para assegurar melhores condições de trabalho. Em função da unificação, foi destinado um crédito adicional para atender a demanda de reparos e adaptações no valor de R\$ 3.109.230,22, dos quais foram efetivamente empenhados R\$ 2.370.952,83, conforme quadro abaixo:

Unidade	Objeto dos serviços de reparos e adaptações	Valor empenhado (R\$)
DRF/CAXIAS DO SUL	Reparos e adaptações em agências e na sede da DRF	129.563,03
IRF/CHUÍ	Alteração de layout, com divisórias, e readequação da rede lógica e reparos na drenagem do pátio de estacionamento	485.671,22
DRF/NOVO HAMBURGO	Alteraçāo de layout, com divisórias, e readequação da rede lógica na sede da DRF, adaptação de salas locadas para o anexo da DRF, e adaptações em agências	746.096,68
DRF/PASSO FUNDO	Elaboração de projeto para reparos no prédio da DRF	7.180,00
DRF/PELOTAS	Reparos e adaptações em agências e adaptação para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência	28.114,00
DRF/PORTO ALEGRE	Adaptações e instalação de rede lógica em prédios locados para a mudança de agências e reparos no prédio do INSS utilizado pela DRF	200.705,00
IRF/PORTO ALEGRE	Reparos na sede da IRF e no cercamento e muros do depósito	39.980,73
ALF/RIO GRANDE	Reparos na estrutura do telhado	292.040,30
DRF/SANTA CRUZ DO SUL	Adaptações e instalação de rede lógica em prédio locado para a mudança de agência	111.600,00
DRF/SANTA MARIA	Adequação de lay-out com instalação de divisórias em agências e instalação de piso elevado na DRF	47.088,00
IRF/SANTANA DO LIVRAMENTO	Projeto de reparos no prédio sede da IRF	2.500,00
DRF/SANTO ÂNGELO	Instalação de divisórias e câmeras de vigilância na sede da DRF e reparos no prédio de inspetoria	170.730,51
DRF/URUGUAIANA	Reparos e adaptações em inspetorias e adaptação para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência	109.683,36
TOTAL		2.370.952,83

Não foi possível atingir a plena execução do crédito reservado porque, em alguns casos, os projetos básicos não foram concluídos em tempo hábil para realização da licitação; duas licitações foram desertas, inviabilizando a contratação; e houve, ainda, o caso em que a licitante vencedora desistiu da proposta, não havendo tempo suficiente para realização de novo certame.

Foram executados ainda contratações de serviços de reparos e adaptações e projetos no valor de R\$ 66.810,68 com crédito da dotação orçamentária ordinária, totalizando gastos de R\$ 2.437.763,51 no Plano Interno OBRASSRF.

4.1.1.3.2. Ação 2238 – Arrecadação Tributária e Aduaneira

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tipo	Atividade - Ação Orçamentária
Finalidade	Realizar as atividades relacionadas à gestão tributária e ao controle aduaneiro.
Descrição	Realização das atividades de: - controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos e contribuições federais, inclusive os incidentes sobre o comércio exterior; - interpretação e aplicação da legislação fiscal, aduaneira e correlata, e edição dos atos normativos e das instruções necessárias à sua execução, - assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira do País; - julgamento, em primeira instância, do contencioso

	administrativo-fiscal; - manutenção administrativa das unidades da Secretaria da Receita Federal em todo território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB e da 10ªRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Não se aplica
Coordenador nacional da ação	Marylda Macedo de Almeida e Castro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ricardo Wagner Sperb

Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 4.237.936,96

Para proporcionar condições favoráveis à otimização do controle da arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições, foi executada a despesa com aquisição de material de consumo no total de R\$ 1.940.143,66.

Dentre os principais sub-itens, os valores mais significativos são os constantes do quadro abaixo.

MATERIAL DE CONSUMO	VALOR
COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES	R\$ 378.012,11
GAS DE COZINHA	R\$ 13.850,30
MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 626.897,05
MAT. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 740.495,75
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO	R\$ 30.211,78
UNIFORMES	R\$ 168.951,87
MAT. DE MANUTENÇÃO BENS IMÓVEIS	R\$ 30.642,39
MATERIAL ELETRO/ELETRÔNICO	R\$ 70.167,06
MAT. MANOBRA E PATRULHAMENTO	R\$ 12.109,87
MAT. DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 124.288,38
MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	R\$ 24.121,14

Em relação ao material de consumo, o quadro demonstra os subitens que merecem destaque, em função dos seus valores.

O material de expediente usado em toda a Região Fiscal está inserido nesta natureza de despesa e dentre as aquisições com valores mais significativos que devem ser mencionadas são as compras de papel A4. Entretanto essa despesa é imprescindível para o andamento da Instituição.

Para dar cumprimento ao determinado na Portaria SRF 461/2007, de 18.04.2007, foram adquiridas pelas Unidades, capas vermelhas para os processos que merecem atenção especial e

um acompanhamento diferenciado, em função de serem grandes devedores da PFN e /ou os maiores contribuintes da SRF.

Outra despesa que merece menção foi na aquisição de material de segurança. Foram adquiridos selos de segurança, fitas adesivas, selos e termos aduaneiros, lacres metálicos, formulários de declarações, caixas de papelão e sacos de rafia , para uso na área aduaneira.

A aquisição de material de processamento de dados representa bastante do montante da despesa com material de consumo e a compra de cartuchos para impressoras é o principal item que torna este valor ser tão significativo.

Há que se comentar que, durante o exercício de 2007, o consumo de combustível representou uma grande parte do montante das despesas. Deve-se o fato à utilização das viaturas, principalmente nas operações de repressão ao contrabando e descaminho, coordenadas pela DIREP, que realizou 80% a mais de repressões neste ano, em relação ao ano anterior.

Com o incremento das atividades nas ações de repressão, foi concluída a reestruturação do depósito mercadoria apreendidas em São Leopoldo, e adquiridos material para acondicionamento das mercadorias. Foram adquiridos uniformes e coletes de proteção de balística, além de material de manobra e patrulhamento.

Salienta-se que com a execução destas despesas houve uma grande melhoria nas condições de segurança e capacitação dos servidores para o atingir as metas propostas.

Também merecem consideração as despesas executadas com deslocamentos de servidores, que estão demonstradas na tabela abaixo. Comparando com o exercício anterior, verifica-se que os valores executados com diárias permanecem estáveis, com uma acréscimo de apenas 2% em relação ao exercício anterior. Considerando que o valor da diária é o mesmo em 2007, conclui-se que o número de diárias pagas permanece constante. O mesmo não pode ser considerado para a execução de despesas com passagens aéreas, que sofreu um acréscimo de 86%. Neste item deve-se considerar a correção das tarifas das passagens e o aumento do número de viagens aéreas, em detrimento das passagens terrestres, que sofreram uma redução de 9,1% em relação ao exercício anterior.

Ação 2238 - Arrecadação Tributária e Aduaneira			
Despesas com deslocamentos em 2007 (em R\$)			
Plano Interno	Diárias	Passagens Aéreas	Ressarcimento de Passagens
Admorgrf	275.348,75	25.446,52	84.491,13
Aduanarf	276.936,30	16.184,08	4.771,23
Cacsrf	27.825,40		
Cobcontrsrf	43.579,19		
Fiscrf	117.392,67	1.681,99	
Moderinfsrf	13.920,12	249,58	
Normalsrf	20.984,87	2.825,88	
Total	775.987,30	46.388,05	89.262,36

Ação 2238 - Arrecadação Tributária e Aduaneira

Despesas com deslocamentos em 2006 (em R\$)

Plano Interno	Diárias	Passagens Aéreas	Ressarcimento de Passagens
Admorgrf	267.869,13	25.014,68	85.404,40
Aduanarf	313.814,05		11.933,20
Cacsrf	19.125,15		
Cobcontrsrf	34.331,87		
Fiscrf	75.002,18		
Moderinfsrf	26.688,10	208,01	
Normalsrf	19.910,10		
Total	756.740,58	25.222,69	97.337,60

4.1.1.3.3. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tipo	Atividade - Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB e da 10ªRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Não se aplica
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	21.682.903,04

A ação de Gestão e Administração do Programa foi incrementada com a destinação, em 2007, de dotação orçamentária específica para atender às despesas necessárias com investimentos em equipamentos e material permanente. Tal alocação de recursos não havia ocorrido em 2006. Tornou-se fundamental essa reprogramação, por haver necessidade de destinar aos servidores oriundos da extinta Secretaria da Receita Previdenciária - SRP, móveis e equipamentos necessários ao alcance das metas planejadas. O valor aplicado na aquisição de equipamentos de informática e material permanente totalizou R\$ 4.392.419,30.

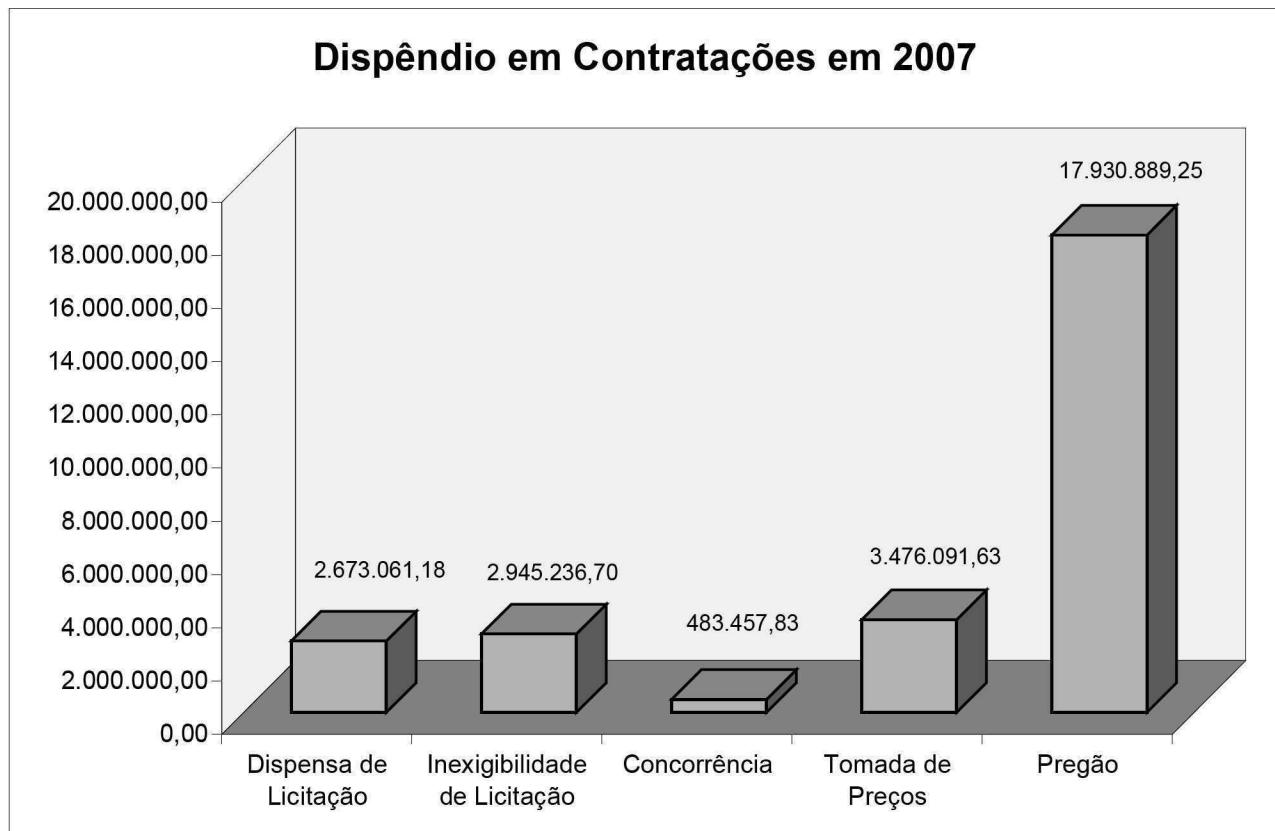
Como aquisições de equipamentos de informática para a 10ª Região Fiscal merecem destaque:

- Adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão SRRF08 nº 10/2006 - Aquisição de ativos de rede para solução de conectividade de ambientes locais de computadores da 10ª Região Fiscal, constituído de 5.153 portas de acesso e de 390 portas de distribuição, no valor total de R\$ 2.399.345,00.
- Adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão PGR nº 72/2007 – Aquisição de 306 microcomputadores tipo desktop para diversas unidades da 10ª Região Fiscal, no valor total de R\$ 723.078,00.
- Adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão TRF01 nº 14/2007 - Aquisição de 500 impressoras laser monocromática para as unidades da 10ª Região Fiscal., no valor total de 293.945,00.

Ademais dos destaques acima referidos, administrados pela Seção de Licitações/Dípol, da Superintendência, mas alcançando também as demais unidades sub-regionais, apresenta-se a realização de diversas outras ações, gerenciadas e executadas pela Superintendência (170177) e demais unidade jurisdicionadas, como se demonstra:

UG	TOMADA DE PREÇOS	CONCORRÊNCIA	DISPENSA LICITAÇÃO	INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO	PREGÃO	TOTAL
170177	58.907,29	483.457,53	218.244,19	157.906,51	5.448.573,23	6.367.088,75
170178	308.220,29	0,00	124.296,78	416.360,71	866.987,23	1.715.865,01
170179	115.055,96	0,00	233.920,60	194.449,43	743.450,40	1.286.876,39
170180	153.363,98	0,00	110.303,84	310.557,20	1.003.032,74	1.577.257,76
170181	127.875,00	0,00	276.211,23	179.426,41	1.106.871,87	1.690.384,51
170182	97.648,77	0,00	340.304,23	125.748,30	747.203,20	1.310.904,50
170183	119.257,21	0,00	185.502,87	184.300,47	707.330,92	1.196.391,47
170184	937.776,55	0,00	501.849,26	303.285,44	1.652.466,67	3.395.377,92
170185	324.796,79	0,00	203.106,54	322.784,09	1.539.425,30	2.390.112,72
170186	262.871,80	0,00	107.130,82	265.613,29	1.496.748,33	2.132.364,24

170187	158.566,41	0,00	47.952,13	213.644,49	1.070.974,95	1.491.137,98
170263	183.637,67	0,00	170.164,33	88.843,93	344.850,12	787.496,05
170269	103.244,08	0,00	121.796,37	104.715,64	605.384,40	935.140,49
170270	524.869,83	0,00	32.277,99	77.600,79	597.589,89	1.232.338,50
TOTAL	3.476.091,63	483.457,53	2.673.061,18	2.945.236,70	17.930.889,25	27.508.736,29



Cabe registrar o fiel cumprimento do mandamento constitucional insculpido no inciso XXI, art. 37, de que a regra é a licitação e a exceção é a contratação direta.

Despendeu-se R\$ 5.618.297,88 com contratações diretas (dispensas e inexigibilidades) e R\$ 21.890.438,41 nas diversas modalidades de licitação (tomada de preços, concorrência e pregão). Portanto, o valor total despendido em contratações foi de R\$ 27.508.736,29. Desse valor, 20,42% foram para contratações diretas e 79,58% para as diversas modalidades de licitação. Não foi computado nesse cálculo o valor de R\$ 988.683,23, correspondente aos gastos com o convênio dos estagiários.

Registre-se também que a modalidade de licitação que teve o maior desembolso foi a de pregão – no valor de R\$ 17.930.889,25 , e que representou 65,18% de todas as contratações.

INVESTIMENTOS - RF10 – 2007					
UG	UG	OBJETO	ND	VALOR	JUSTIFICATIVA
170177	SRRF10	AQUISIÇÃO DE CAPOTAS PARA CAMIONETAS DA DIREP	449052	5.940,00	Para proteção de pessoas e mercadorias apreendidas (uso pela DIREP).
170177	SRRF10	AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO	449052	4.218,50	Atender demanda da ALF/POA
170177	SRRF10	AQUIS. DE EQUIP. INFORMÁTICA (solução de Conectividade - portas de acesso de distribuição)	449052	2.399.345,00	Atender demanda da Ditec/SRRF10
170177	SRRF10	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (Gravadores de Vídeo digital, Gravadores de DVD, lente telefoto e tripé para a ESPEI/RF10 e outros equipamentos diversos)	449052	30.467,00	Atender demanda das diversas Divisões da SRRF10
170177	SRRF10	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (fragmentadoras de papel)	449052	26.400,00	Atender demanda das diversas Divisões da SRRF10
170177	SRRF10	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (cadeiras, mesas, armários, gaveteiros, estações de trabalho)	449052	41.905,28	Atender demanda por mobiliário gerada por ingresso de novos servidores e substituir mobiliário inservível.
170177	SRRF10	AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS	449052	293.945,00	Atender demanda por impressoras nas diversas Unidades
170178	DRF CAXIAS DO SUL	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (aparelhos telefônicos e fragmentadora)	449052	5.055,50	Atender demanda das diversas seções da DRFCXL
170178	DRF CAXIAS DO SUL	AQUISIÇÃO DE LIVROS	449052	2.944,50	Atender demanda das diversas seções da DRFCXL
170179	DRF PASSO FUNDO	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (cadeiras, mesas, armários, gaveteiros, estações de trabalho e longarinas)	449052	50.726,60	Atender demanda por mobiliário gerada por ingresso de novos servidores e substituir mobiliário inservível.
170181	DRF PORTO ALEGRE	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (estações de trabalho, gaveteiros, armários, assentos, balcões, mesas, arquivos e refrigeradores)	449052	181.936,78	Atender demanda por mobiliário gerada por ingresso de novos servidores e substituir mobiliário inservível.

170181	DRF PORTO ALEGRE	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (estantes de aço)	449052	50.000,00	Atender demanda por mobiliário gerada por ingresso de novos servidores e substituir mobiliário inservível.
170182	ALF P.RIO GRANDE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (persianas)	449052	936,00	Atender demanda local
170183	DRF SANTA MARIA	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (estações de trabalho, mesas e armários)	449052	59.890,00	Atender demanda por mobiliário gerada por ingresso de servidores.
170183	DRF SANTA MARIA	AQUISIÇÃO DE 1 BEBEDOURO	449052	3.000,00	Atender demanda local
170184	DRF NOVO HAMBURGO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	449052	4.800,00	Atender demanda local
170184	DRF NOVO HAMBURGO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (nobreak)	449052	64.430,00	Atender demanda por equipamentos de informática gerada por ingresso de novos servidores.
170184	DRF NOVO HAMBURGO	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (estações de trabalho, armários, arquivos, longarinas, cadeiras e telefones)	449052	352.175,00	Atender demanda por mobiliário gerada por ingresso de novos servidores e substituir mobiliário inservível.
170185	DRF SANTO ANGELO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (persianas e fragmentadoras)	449052	28.800,00	Atender demanda das diversas agências e inspetorias jurisdicionadas.
170186	DRF URUGUAIANA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (cafeteiras, fornos microondas e refrigeradores)	449052	8.000,00	Atender demanda local.
170187	IRF S.LIVRAMENTO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (divisórias, sistema de distribuição de senhas e sistema de som)	449052	9.600,00	Atender demanda local
170263	DRF STA.CRUZ DO SUL	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (refrigeradores)	449052	8.000,00	Atender demanda local.
TOTAL				3.632.515,16	

Comparando-se o exercício de 2007 com o anterior, verifica-se um acréscimo significativo na execução das despesas contempladas com esta ação. Isso ocorreu principalmente nos Planos Internos destinados ao serviço de Locação de Mão-de-obra e Outros Serviços de Terceiros PJ. Foram agregadas novas instalações para adequar às necessidades e cumprir as atribuições da Receita Federal do Brasil. Com este fato firmaram-se novos contratos de locação de imóveis, como os que comportam as Agências de Viamão e São Jerônimo. Sofreram repactuação os contratos de locação dos imóveis das unidades de Frederico Westphalen, Gravataí, Guaporé e Vacaria.

Com a unificação da SRF e da SRP, novos servidores foram integrados no quadro de pessoal da Receita Federal do Brasil. Assim como foram criadas novas Agências, foram alteradas algumas estruturas através de adaptações nos imóveis próprios, para proporcionar condições físicas adequadas aos funcionários.

Os contratos com o serviço de vigilância aparecem também como um valor relevante nas despesas correntes. Os contratos contemplam postos de serviço com vigilância armada e, embora sejam valores altos, são imprescindíveis para a segurança dos servidores e do patrimônio público. Há também que se considerar neste item os contratos de locação e vigilância para os depósitos onde são armazenadas as mercadorias apreendidas. Estas mercadorias precisam ser acondicionadas e mantidas em segurança até a sua destinação, pois estão sob a guarda e responsabilidade da Receita Federal do Brasil.

Não há previsão no quadro funcional da Receita Federal do Brasil cargos para contemplar os serviços de copeira, telefonista, auxiliar operacional, motorista e serviços auxiliares, o que é suprido por empresas especializadas. Neste item, todas as unidades são atendidas através da modalidade de locação de serviços mediante contrato.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa			
Natureza de Despesa	Descrição	Executado 2006	Executado 2007
339030	Mat Consumo	981.303,68	330.579,97
339036	Outros Serv. Terc PF	765.024,91	862.628,63
339037	Loc. Mão de Obra	50.718,78	960.869,25
339039	Outros Serv. Terc. PJ	12.617.237,76	14.990.059,00
339047	Obrigações Tribut.	8.480,83	7.013,91
339092	Desp Exerc. Anter.	150.247,91	113.831,99
339093	Indenizações/Restit.	159.985,00	7.013,91

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

449051	Obras e Instalações	126.910,97	25.500,01
449052	Equip. e Mat. Perm.	-----	4.392.419,30
	Total	14.859.909,84	21.689.915,97

As despesas com contratos de prestação de serviços e locação de mão-de-obra, com valores mais significativos, liquidadas no exercício, estão abaixo destacadas:

Serviço de Copia e Cozinha.	R\$ 60.340,36
Serviço de Água e Esgoto	R\$ 229.224,47
Serviço de Armazenagem de Mercadorias Apreendidas	R\$ 499.287,83
Locação de Imóveis (PJ e PF)	R\$ 1.126.035,15
Serviço de Limpeza e Conservação	R\$ 1.688.551,70
Serviço de fornecimento de Energia Elétrica	R\$ 1.859.349,53
Serviço de Manutenção de Bens Imóveis	R\$ 3.569.289,76
Serviço de Vigilância	R\$ 5.853.705,60

4.1.1.3.4. Ação 3E63 – Modernização da Administração Fazendária

4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tipo	PROJETO - Ação Orçamentária
Finalidade	Modernização da Administração Tributária e Aduaneira
Descrição	Modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de redes locais, melhoria da infraestrutura de segurança; capacitação de servidores; realização de obras civis em diversas Unidades Administrativas, aquisição de equipamentos de vigilância aduaneira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	José Ribamar Mendes Diniz
Gerente Regional do PMATA, na 10ª RF	Saturnino Messa

Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	5.196.337,40

No exercício de 2007, os gastos realizados nesta Ação foram oriundos dos valores empenhados em 2006, tendo sido inscritos em Restos a Pagar 2006, assim discriminados, conforme se demonstra:

MINISTÉRIO DA FAZENDA							
RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 10ª RF							
CRONOGRAMA DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA							
EXERCÍCIO DE 2007 - PAGAMENTOS EFETUADOS - Restos a Pagar/2006							
Cod Projeto	Meta Física do Contrato	Valor Empenhado (R\$) em 2006	Valor Pago (R\$) em 2006	Valor Inscrito em Restos a Pagar 2007	Total Pago em 2007	Unidade Gestora	NE
10ª REGIÃO FISCAL (RS)							
INVESTIMENTOS		7.140.878,37	990.536,84	6.150.341,53	5.196.337,40		954.004,13
FZ.MOD-0174							
	1.1.1.16 Elaboração do Projeto de reforma do Terminal Aduaneiro da BR 290 e ampliação de seu pátio de estacionamento de veículos de carga - DRF/Uruguaiana - ADITIVO	5.962,00	0,00	5.962,00	5.962,00	SRRF/10º RF - Polo	900649
FZ.MOD-0174							
	1.1.1.18 Execução de obra de pavimentação do pátio de estacionamento de veículos de carga - DRF/Chuí	1.729.198,78	580.633,85	1.148.564,93	1.148.564,93	SRRF/10º RF - Polo	900348
FZ.MOD-0174							
	1.1.1.18.1 Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria à fiscalização da obra de pavimentação do pátio de estacionamento de veículos de carga - DRF/Chuí	69.901,20	8.737,65	61.163,55	61.163,55	SRRF/10º RF - Polo	900497
FZ.MOD-0174							
	1.1.1.19 Execução de obra de construção da IRF/Jaguarão	2.735.500,00	0,00	2.735.500,00	1.823.275,60	SRRF/10º RF - Polo	900596
FZ.MOD-0174							912224,40
Não Realizado em 2007(Restos a Pagar 2008)							

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

		164.920,80	0,00	164.920,80	100.784,83	SRRF/10º RF - Polo	900563	64135,97
1.1.1.19.1	Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria à fiscalização da obra de construção da IRF/Jaguarão							
FZ.MOD-0174								
1.1.1.32	Elaboração do projeto de construção do prédio administrativo, do depósito para movimentação de carga em conferência física e apreendida, e da pavimentação do pátio de estacionamento de veículos de carga - IRF/Porto Xavier	129.520,00	44.068,04	85.451,96	77.484,22	SRRF/10º RF - Polo	900349	7967,74
FZ.MOD-0174								
1.3.5.41	Aquisição de fragmentadora - Depósito de Mercadorias Apreendidas em São Leopoldo, da Direp/RF10	28.700,00	0,00	28.700,00	28.700,00	SRRF/10º RF - Polo	900561	0,00
FZ.MOD-0174								
1.3.6.16;1.3.6.18;1.3.6.23e1.3.6.24	Aquisição de 4 (quatro) balanças rodoviárias, sendo uma para a DRF/Uruguaiana, uma para a DRF/Chuí, uma para a IRF/Quaraí e uma para a IRF/Itaqui	182.000,00	154.700,00	27.300,00	27.300,00	SRRF/10º RF - Polo	900351	0,00
FZ.MOD-0174								
1.3.6.16.1	Obra de infraestrutura para instalação de balança no Terminal Aduaneiro da BR290 - DRF/Uruguaiana	152.793,89	0,00	152.793,89	152.793,89	DRF/Uruguaiana	900414	0,00
FZ.MOD-0174								
1.3.6.18.1	Obra de infraestrutura para instalação de balança no posto aduaneiro da DRF/Chuí	154.966,05	0,00	154.966,05	154.966,05	IRF/Chuí	900186	0,00
FZ.MOD-0174								
1.3.6.23.1	Obra de infraestrutura para instalação de balança no posto aduaneiro da IRF/Quaraí	78.748,12	0,00	78.748,12	78.748,12	DRF/Santana Livramento	900334	0,00
FZ.MOD-0174								
1.3.6.24.1	Obra de infraestrutura para instalação de balança no posto aduaneiro da IRF/Itaqui	128.824,59	0,00	128.824,59	128.824,59	DRF/Uruguaiana	900415	0,00
FZ.MOD-0174								

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

	4.4.2.10.1	Projeto de reestruturação das redes locais de unidades da 10ª Região Fiscal - Lote 1	19.170,00	0,00	19.170,00	19.170,00	SRRF/10º RF - Polo	900537	0,00
FZ.MOD-0174									
	4.4.2.10.2	Projeto de reestruturação das redes locais de unidades da 10ª Região Fiscal - Lote 2 a 8	152.200,00	50.247,30	101.952,70	101.952,70	SRRF/10º RF - Polo	900540	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.3.5.44.2	Aquisição e instalação de equipamentos - 2 câmeras Speed Dome, 2 gravadores digitais e mesa controladora de câmera móvel para o DMA	100.310,00	0,00	100.310,00	100.310,00	DRF/Santo Ângelo		0,00
		Sistema digital Digicap VS16	79.000,00	79.000,00	0,00		DRF/Santo Ângelo	900419	0,00
		Câmeras e mesa controladora	21.310,00	21.310,00	0,00		DRF/Santo Ângelo	900420	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.3.5.41.1	Aquisição de 50 contentores - Depósito de Mercadorias Apreendidas em São Leopoldo, da Direp/RF10	27.260,00	0,00	27.260,00	27.260,00	SRRF/10º RF - Polo	900529	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.3.5.41.2	Aquisição e instalação de 60 porta-paletes - Depósito de Mercadorias Apreendidas em São Leopoldo, da Direp/RF10	30.699,60	0,00	30.699,60	30.699,60	SRRF/10º RF - Polo	900530	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.3.5.41.3	Aquisição de 2 paleteiras - Depósito de Mercadorias Apreendidas em São Leopoldo, da Direp/RF10	1.480,00	0,00	1.480,00	1.480,00	SRRF/10º RF - Polo	900541	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.1.1.21	Reforma da sede da IRF/Porto Xavier	129.737,89	0,00	129.737,89	114.449,89	DRF/Santo Ângelo	900441	15.288,00
FZ.MOD-0174									
	1.3.5.42.4	Obra de construção de cobertura para veículos apre-endidos e para destruição de mercadorias - Depósito Mercadorias Apreendidas	396.630,00	0,00	396.630,00	396.630,00	DRF/Santa Maria	900289	0,00
FZ.MOD-0174									

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

	1.3.5.41.4	Aquisição de empilhadeira - Depósito de Mercadorias Apreendidas em São Leopoldo, da Direp/RF10	26.255,00	0,00	26.255,00	26.255,00	SRRF/10º RF - Polo	900562	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.3.5.41.5	Aquisição e instalação de plataforma elevatória de cargas e/ou de pessoas - Depósito de Mercadorias Apreendidas em São Leopoldo, da Direp/RF10	118.000,00	0,00	118.000,00	118.000,00	SRRF/10º RF - Polo	900610	0,00
FZ.MOD-0174									
	4.9.10	Aquisição de equipamentos de video-conferência para a 10ª RF	35.577,98	0,00	35.577,98	35.577,98		900535	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.1.1.16	Construção civil - reforma das instalações do Terminal Aduaneiro da BR 290 - Uruguaiana - Elaboração do Projeto	54.432,00	51.840,00	2.592,00	2.592,00	SRRF/10º RF - Polo	900350	0,00
FZ.MOD-0174									
	1.1.1.18	Execução de obra de pavimentação do pátio de estacionamento de veículos de carga - DRF/Chuí - TERMO ADITIVO	387.780,47		387.780,47	387.780,47	SRRF/10º RF - Polo	900648	0,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS		7.140.878,37	990.536,84	6.150.341,53	5.196.337,40			-	954.004,13

10ª REGIÃO FISCAL (RS)									
DESPESAS CORRENTES		478.884,66	0,00	478.884,66	478.884,66				0,00
FZ.MOD-0174									
	1.3.3.20	Adquirir coletes de proteção individual para uso exclusivo em operações da repressão a ilícitos aduaneiros - Direp/RF10	108.393,83	0,00	108.393,83	108.393,83			0,00
			20.843,89		20.843,89	20.843,89	SRRF/10ª RF - Polo	900590	0,00
			87.549,94		87.549,94	87.549,94	SRRF/10ª RF - Polo	900591	0,00
FZ.MOD-0174									
	2.2.3.12	Contratação dos serviços de conserto de equipamento de raio x, escâner móvel tipo <i>silhouette</i> , com fornecimento de material	103.152,82	0,00	103.152,82	103.152,82	DRF/Uruguaiana	900328	0,00

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

FZ.MOD-0174								
2.2.3.12.1	Contratação dos serviços de atualização tecnologica (up-grade) de equipamento de raio x, escâner móvel tipo <i>silbonette</i>	41.747,18	0,00	41.747,18	41.747,18	DRF/Uruguaiana	900329	0,00
FZ.MOD-0174								
2.2.3.11.1	Conserto de equipamento de raios-x (escâner), inclusive com fornecimento de materiais, da DRF/Rio Grande	117.197,00	0,00	117.197,00	117.197,00	DRF/Rio Grande	900198	0,00
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		478.884,66	0,00	478.884,66	478.884,66			0,00
TOTAIS DA 10ª REGIÃO FISCAL (RS)								
INVESTIMENTOS		7.140.878,37	990.536,84	6.150.341,53	5.196.337,40	-	-	954.004,13
DESPESAS CORRENTES		478.884,66	-	478.884,66	478.884,66	-	-	-
TOTAL		7.619.763,03	990.536,84	6.629.226,19	5.675.222,06	-	-	954.004,13

5. Desempenho Operacional

5.1 Considerações gerais

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB tem sob sua responsabilidade um único Programa vinculado ao **Plano Plurianual - PPA 2004-2007** do Governo Federal: o Programa **(0770) Administração Tributária e Aduaneira**.

A consolidação de toda a ação da RFB em um único programa no PPA 2004-2007 visou melhor refletir a realidade da Instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior.

A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e do comércio exterior e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco pelos contribuintes faltosos.

Essas ações e atividades se sustentam na normatização da legislação tributária e do comércio exterior e num conjunto integrado de sistemas de informação, alimentados por informações cadastrais e econômico-fiscais fornecidas ao Fisco pelos próprios contribuintes ou por terceiros, mediante a apresentação de diversas modalidades de declarações.

Assim, todas as ações que compõem o Programa da RFB - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

A RFB adotou como diretriz institucional no ano de 2007:

1. Concentração de esforços e recursos na efetiva implantação da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
2. Revisão e simplificação dos processos (procedimentos e legislação), com foco nas necessidades e no perfil dos contribuintes;
3. Controle integral dos contribuintes sujeitos ao acompanhamento diferenciado;
4. Liderança da RFB no processo de agilização do fluxo do comércio exterior, com segurança e controle;
5. Aumentar a eficácia da recuperação do crédito tributário, favorecendo o aumento da presença fiscal, a agilização do julgamento de processos fiscais e a agilização da cobrança administrativa.

6. Integração e cooperação da SRF com as demais Administrações Tributárias Nacionais.
7. Ênfase na política de gestão de pessoas, como responsabilidade do conjunto de administradores, destacando a capacitação, a valorização e a motivação do servidor.
8. Intensificação da interação com a sociedade, por meio da educação fiscal e da facilitação do cumprimento voluntário das obrigações tributárias.
9. Intensificação das atividades de repressão aos ilícitos fiscais e aduaneiros.

Estas diretrizes espelham o investimento que a RFB está fazendo na sua sistemática de Planejamento Estratégico de forma a permitir a visualização dos focos estratégicos nas Unidades Centrais e Unidades Descentralizadas (Superintendências, Unidades Locais e Delegacias da Receita Federal de Julgamento).

A nova sistemática de planejamento com novas ferramentas para implementação e gestão com foco nos resultados está centrada nos pilares foco, alinhamento e integração. Este investimento trará frutos para o próximo ciclo de gestão 2008-2011.

A seguir apresentamos a síntese dos principais resultados que representam o esforço da eficiência governamental, indicadores da *performance* da RFB complementando as informações contempladas no item 4 do presente relatório.

Síntese dos principais resultados

Descrição das atividades	Unidade de Medida	Total RFB	10ª Região Fiscal
Arrecadação Federal de Tributos e	R\$ milhões	585,127	28.280
Arrecadação Fazendária Bruta		431,282	19.734
Arrecadação Previdenciária Administrada		142,605	8.546
Arrecadação Previdenciária - Repasses		11,240	
Auditória e Fiscalização Tributária e	Nº de Ações fiscais	39.615	3.050
Fiscalização da Receita Previdenciária		16.034	1.171
Fiscalização de Tributos Internos		23.581	1.879
Controle Aduaneiro	Tempo médio Dias:horas:minutos		
Despacho Aduaneiro na Importação		2d : 11h : 45 min	2d : 05h : 02 min
Despacho Aduaneiro na Exportação		00d : 09h : 21min	0d : 07h : 12 min
Vigilância e Repressão	Nº de Operações	2375	492
Atendimento pessoal (CAC e Agências)	minutos : segundos	29 min : 30seg	21min : 58 seg

5.1.1 Análise dos principais resultados

AE	RECEITA FEDERAL DO BRASIL COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	UM.MED.	PREVISÃO ANUAL	RESULTADO ACUMULADO	% DE ATINGIMENTO	REF.
AE 1 - 1 ARRECADAÇÃO	ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ADMINISTRADA	MILHÕES	8.457	8.546	101,06%	100,00%
	ARRECADAÇÃO BRUTA DE OUTROS TRIBUTOS FAZENDÁRIOS	MILHÕES	18.958	19.734	104,09%	100,00%
AE 1 - 2 RECUPERAÇÃO	PROFISC-PROCESSOS SEM PENDÊNCIAS DE COMPENSAÇÃO	QUANT	150	148	98,67%	100,00%
	PROFISC-PROCESSOS COM PENDÊNCIA DE COMPENSAÇÃO	QUANT	150	89	59,33%	100,00%
	FISCEL - DÉBITOS A VALIDAR	QUANT	206	102	49,51%	100,00%
	DEC. DE COMP-CONTR.MACRO-MAIORES VALORES A COMPENSAR	MIL	459.620	108.515	23,61%	100,00%
	COBRANÇA AUTOMÁTICA DIV.GFIP x GPS DEB.PREV.2007	QUANT	3.996	4.372	109,41%	100,00%
AE 1 - 4 AUDITORIA	ARRECADAÇÃO - MAIORES DISTORÇÕES	QUANT	93	93	100,00%	100,00%
	RECEITA PREVIDENCIÁRIA - DIAGNÓSTICO DE CONTRIBUINTES A+	QUANT	30	23	76,67%	100,00%
	RECEITA PREVIDENCIÁRIA - COMBATE À SONEGAÇÃO	QUANT	735	629	85,58%	100,00%
	RECEITA PREVIDENCIÁRIA - COMBATE À INADIMPLÊNCIA	QUANT	164	330	201,22%	100,00%
	RECEITA PREVIDENCIÁRIA - PESSOA FÍSICA	QUANT	200	189	94,50%	100,00%
	TRIBUTOS INTERNOS - PESSOA JURÍDICA DIFERENCIADA	QUANT	131	181	138,17%	100,00%
	TRIBUTOS INTERNOS - DEMAIS PESSOAS JURÍDICAS	QUANT	428	596	139,25%	100,00%
AE 1 - 5 T. DESPACHO	TRIBUTOS INTERNOS - PESSOAS FÍSICAS	QUANT	771	1.102	142,93%	100,00%
	TEMPO DE DESPACHO DE EXPORTAÇÃO	DD:HH:MM	00:10:33	00:07:12	146,67%	100,00%
	TEMPO DE DESPACHO DE IMPORTAÇÃO	DD:HH:MM	02:02:52	02:05:02	95,93%	100,00%
AE 1 - 6 VIG. REPRESSÃO	OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO	QUANT	434	492	113,36%	100,00%
AE 1 - 7 ATENDIMENTO	TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO	HH:MM:SS	00:20:30	00:21:58	93,32%	100,00%
INFORMAÇÕES: 1 - COLUNA RESULTADO ACUMULADO - refere-se ao resultado acumulado até o mês atualizado no sistema 2 - COLUNA REF. - refere-se ao porcentual de referência, definido pela Coordenação, a ser alcançado até o mês atualizado no sistema 3 - ALERTAS UTILIZADOS NA COLUNA RESULTADO ACUMULADO: VERMELHO - PORCENTUAL DE ATINGIMENTO ABAIXO DE 5 PONTOS PORCENTUAIS DO VALOR DE REFERÊNCIA; AMARELO - PORCENTUAL DE ATINGIMENTO ENTRE 5 PONTOS PORCENTUAIS ABAIXO E ATÉ O VALOR DE REFERÊNCIA; VERDE - PORCENTUAL DE ATINGIMENTO ENTRE O VALOR DE REFERÊNCIA E ATÉ 5 PONTOS PORCENTUAIS ACIMA e AZUL - PORCENTUAL DE ATINGIMENTO SUPERIOR A 10 PONTOS PORCENTUAIS ACIMA DO VALOR DE REFERÊNCIA.						

5.1.1.1 Arrecadação Federal de Tributos e Contribuições

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R\$ 585,127 bilhões, com crescimento nominal de 16,33 % e crescimento real de 12,19 % (considerando-se a variação do IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2006.

O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e uma maior presença fiscal por parte da Administração Tributária, com o objetivo de minimizar a diferença entre o potencial legal e a arrecadação efetiva, além de recuperar os débitos constituídos e não pagos, com ênfase ao combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria e à inadimplência.

**Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão**

Na 10ª Região fiscal, sob o acompanhamento e gerenciamento da Divisão de Arrecadação e Cobrança - Dirac, e suas projeções nas unidades jurisdicionadas, a arrecadação bruta atingiu valor superior a R\$ **28.280** milhões, representando um acréscimo nominal de **12,6%** relativamente a 2006.

A preços de dezembro de 2007, tivemos para a região um crescimento real de **7,1%** (IGP-DI) e **8,6%**, considerando o IPCA.

Após dois anos de crise, desencadeada pela estiagem, já no segundo trimestre de 2007 os indicadores regionais voltaram a mostrar-se positivos, sendo que no primeiro semestre do ano a indústria gaúcha ostentou os melhores índices de crescimento no país. Constatou-se, também, a melhora do volume de exportações regionais.

Outros indicadores, como compras, vendas e contratação de mão de obra, já se mostravam significativamente melhores. Além de fatores econômicos a promover o aumento da arrecadação, poderíamos citar, também, o fator presença fiscal, como indicam os números de arrecadação decorrente de Ação Direta – Lançamentos de Ofício / Lançamentos de Cobrança, bem como ao fator fusão das extintas SRF e SRP, originando a RFB.

5.1.1.2 Indicador: Realização da arrecadação

- a) Utilidade: mensurar o grau de realização das metas de arrecadação dos tributos e contribuições federais
- b) Tipo: eficácia
- c) Fórmula de cálculo: Arrecadação realizada no período dividida pela Meta de arrecadação para o período.
- d) Método de aferição:
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Copan
- f) Resultados do indicador no exercício: Muito Satisfatório, face aos resultados obtidos.

Índice de Realização da Meta de Arrecadação Fazendária Bruta Ano 2007			
	Meta de Arrecadação	Arrecadação Realizada	Índice de Realização
RFB	421.915	431.282	102,22%
10ª RF	18.958	19.734	104,09%

R\$ Milhões

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
 Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

- Recuperação econômica regional em níveis acima dos indicadores levados em consideração na previsão. Maiores desvios positivos ocorrem no IRPJ, COFINS e CSLL e IPI em geral (especialmente IPI Automóveis);
- Arrecadação excepcional a título de “Ganhos de Capital na Alienação de Bens e Direitos” (R\$ 204,4 milhões), decorrente da venda de participações societárias, bem como “Depósito Judicial IRPF” (R\$ 151,7 milhões);

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Nada a comentar, haja vista os resultados positivos alcançados..

Índice de Realização da Meta de Arrecadação Previdenciária Administrada Ano 2007			
	Meta de Arrecadação	Arrecadação Realizada	Índice de Realização
RFB	137.031	142.605	104,07%
10ª RF	8.457	8.546	101,09%

R\$ Milhões

5.1.1.3 Outras Metas Estabelecidas e Resultados Obtidos, na área de arrecadação e cobrança e na área de maiores contribuintes.

A presente análise envolve não apenas a área de arrecadação e cobrança mas também a área de maiores contribuintes da 10ª RF, vez que as ações do Programa de Trabalho eram conjuntas.

	Unidade	Previsão Anual	Resultado Anual	% Atingido
PROFISC-PROCESSOS SEM PENDÊNCIAS DE COMPENSAÇÃO	Processos	150	148	98,67%
PROFISC-PROCESSOS COM PENDÊNCIA DE COMPENSAÇÃO	Processos	150	89	59,33%
FISCEL - DÉBITOS A VALIDAR	Processos	206	102	49,51%
DEC. DE COMP-CONTR.MACO-MAIORES VALORES A COMPENSAR	MIL	459.620	108.515	23,61%

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

COBRANÇA AUTOMÁTICA DIV.GFIP x GPS DEB.PREV.2007	IPs	3.996	4.372	109,41%
ARRECADAÇÃO - MAIORES DISTORÇÕES		93	93	100,00%

* Dados da COMAC

Estes resultados produzem um índice alcançado de meta anual da ordem de 69,4%. Ainda que a meta não tenha sido atingida, o resultado pode ser considerado bom quando observamos que a 10ª RF obteve o terceiro melhor resultado do país, superando com folga a média nacional (54,9% de resultado atingido da meta) e quando levamos em consideração as questões estruturais e situacionais comentadas a seguir.

5.1.1.3.1 Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Antes de tratar das questões estruturais/situacionais que impactaram os resultados obtidos, necessário referir que se tomarmos o critério valor em substituição ao número de processos nas metas relativas a Profisc – Processos SEM Pendência de Compensação, Profisc – Processos SEM Pendência de Compensação e Fiscel – Débitos a Validar, justamente aqueles em que os resultados estão aquém da meta, tem-se uma situação bastante melhor.

Isto ocorre por que ao longo do ano o foco principal do trabalho passou a ser os maiores valores e não mais o número absoluto de processos. É o que evidencia a tabela abaixo.

	Unidade	Previsão Anual	Resultado Anual	% Atingido
PROFISC-PROCESSOS SEM PENDÊNCIAS DE COMPENSAÇÃO	Processos	269.838.051	269.085.029	98,67%
PROFISC-PROCESSOS COM PENDÊNCIA DE COMPENSAÇÃO	Processos	2.072.011.881	1.811.151.214	59,33%
FISCEL - DÉBITOS A VALIDAR	Processos	582.534.171	505.607.980	49,51%

Afora a questão preliminar de alteração de foco de trabalho, tem-se três fatores situacionais que impactaram decisivamente os resultados alcançados. Aliás, dizer que são de natureza situacional pode soar até impróprio dado o caráter estruturante de que se revestem dentro da Receita Federal do Brasil.

Trata-se da fusão com a Secretaria da Receita Previdenciária, a entrada em vigor do Simples Nacional e a reforma regimental. Estes três eventos mexeram profundamente com a instituição e, em particular, na área de arrecadação e cobrança.

A fusão com a Secretaria da Receita Previdenciária, ocorrida em maio (Lei nº 11.457/2007), implicou na priorização absoluta das tarefas de integração das unidades descentralizadas dos dois órgãos. Rígidos cronogramas foram traçados e suas consecuções foram perseguidas com afinco. E os resultados se apresentaram, bastando dizer que a 10ª RF foi a que mais rapidamente integrou suas unidades, atingindo 98% de unidades integradas, em apenas 8 meses, como já informado.

De observar, ainda dentro do tema fusão dos fiscos, que a integração não se deu apenas no plano físico. Também se priorizou a integração de rotinas de trabalho, para que a fusão se construisse de maneira mais rápida e efetiva.

O mesmo fenômeno ocorreu com o Simples Nacional. A entrada em vigor deste sistema simplificado de tributação, em julho, representou (e ainda representa) um grande desafio para as administrações tributárias brasileiras, dado o caráter integrador que traz consigo. Se mudanças de vulto são complexas quando envolvem um ente isoladamente, o que dizer das dificuldades trazidas de um sistema que envolve União, Estados e Municípios, cada qual com suas complexidades, carências e limitações.

Por fim, também a reforma regimental, ocorrida em maio (Portaria MF nº 95/2007), impactou profundamente as atividades da área de arrecadação e cobrança da 10ª RF. Além de assumir o assessoramento do Senhor Superintendente na tarefa de buscar a melhor configuração das unidades descentralizadas da região, a área de arrecadação e cobrança sofreu mudanças estruturais importantes com o novo regimento, em especial, com a criação de uma divisão específica para tratar do atendimento ao contribuinte (Divic).

Em termos mais específicos, cabem os seguintes comentários:

- Em relação aos Processos Profisc, em cobrança final, sem pendência de compensação: a listagem de processos conteve apenas processos do Profisc e permaneceu fixa no decorrer do ano, de tal forma que outros processos que eventualmente surgiram no decorrer do ano, de valores iguais ou maiores aos selecionados, não foram monitorados e se trabalhados não foram demonstrados os seus resultados;

- Em relação aos Processos Profisc, em cobrança final, com pendência de compensação: os processos foram distribuídos de acordo com a jurisdição da empresa em nome da qual se encontrava o mesmo, não levando em consideração a jurisdição do detentor

do crédito, que às vezes não é da mesma jurisdição e é onde se dá a análise do direito creditório e a efetivação da compensação;

- Em relação ao Fiscel – Débitos a Validar: a apuração especial já se encontra defasada e a seleção por ação judicial faz com que em alguns casos sejam selecionados vários sujeitos passivos para uma mesma ação, localizados em jurisdições diferentes, dificultando a cobrança dos resultados. Além disso, a listagem também permanece fixa no decorrer do ano;

- Em relação às Dcomp – Maiores Valores a Compensar: a partir do 2º semestre de 2007, houve uma mudança no universo de trabalho das Dcomp, que passou a ser baseado no cronograma de tratamento eletrônico do SCC. Fizeram parte do universo a trabalhar as Dcomp transmitidas em 2003, cujo valor total de débitos seja igual ou superior a R\$ 100 mil, que não terão tratamento eletrônico imediato pelo sistema SCC, nos termos da Nota Codac/Perdcomp nº 008/2007. Após essa revisão, acreditamos que houve aceitação, pelas Regiões Fiscais, dos critérios adotados, passando a refletir um trabalho que de fato necessita ser realizado. O que precisa ser melhorado é a distribuição das Dcomp conforme a jurisdição do detentor do crédito

Apesar das disfunções expostas, os resultados da área de arrecadação e cobrança da 10ª RF estão bastante acima da média do país, como já foi relatado.

5.1.1.3.2 Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Em termos mais genéricos, apontamos a necessidade de uma maior previsibilidade de mudanças estruturais como as que tivemos em 2007, com a devida preparação da Instituição para enfrentá-las de uma forma mais tranquila. É fato que as organizações precisam evoluir e que mudanças são processos naturais a quem pretende responder aos desafios do seu tempo, mas também é verdade que processos de mudança organizacional trazem melhores resultados e menos traumas quando planejados com antecedência e conduzidos sem tantos atropelos.

No plano das especificidades do planejamento, temos a elencar as medidas que seguem:

Em relação aos Processos Profisc, em cobrança final, sem pendência de compensação: O trabalho focará não apenas os processos em cobrança final do Profisc, mas

todos os processos que se encontrarem na situação “Devedor” no sistema DW-Devedores. Com este foco, monitoraremos processos que se encontrem nos sistemas Profisc e Sief;

Em relação aos Processos Profisc, em cobrança final, com pendência de compensação: Manter o foco de trabalho nos processos dos contribuintes diferenciados, deixando a escolha do processo a ser trabalhado por conta das unidades, com fixação de uma meta mínima de trabalho em valores de débitos com pendência de compensação;

Em relação ao Fiscel – Débitos a Validar: mudar o foco da maior ação judicial para o universo de débitos dos contribuintes diferenciados que se encontram na situação “A Validar” no Fiscel (valores de débito principal). A Região Fiscal terá a possibilidade de escolha dos maiores valores, ou outro critério que entenda apropriado, sabendo que haverá um total de débitos a analisar mínimo no ano. A ação judicial, além da deficiência apontada acima, é uma informação precária, uma vez que é informada livremente pelo contribuinte e a manutenção desse critério demandaria uma nova apuração especial, com todos os custos e complexidade nos acertos necessários;;

Em relação às Dcomp – Maiores Valores a Compensar: manter os mesmos critérios de seleção adotados na revisão do plano em 2007, acrescentando as Dcomp transmitidas em 2004, excluindo aquelas que se encontram na situação “Em tratamento manual”, já que estão sob controle de processos, objeto de seleção por outra ação.

5.2 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

5.2.1 Auditoria e Fiscalização Tributária:

A atuação da Fiscalização da Receita Federal do Brasil se opera pela realização de procedimentos de auditoria fiscal junto aos contribuintes, bem assim pela revisão sistemática das declarações apresentadas pelos mesmos, cuja seleção, em ambas as situações, é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos, contemplando, preferencialmente, aqueles que apresentem incompatibilidade entre os dados declarados e as informações disponíveis nos sistemas da RFB, que indiquem indícios de evasão tributária.

A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007 com 521 mil contribuintes fiscalizados e R\$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, incluídos os valores de tributos, multas e juros, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de autuações, quando comparado com o ano de 2006.

Com relação à participação da RFB no combate ao crime organizado, foram realizadas 24 operações conjuntas da Receita Federal com a Polícia Federal e Ministério Público Federal, as quais resultaram em 431 prisões.

Na 10ª Região Fiscal, sob a coordenação e acompanhamento da Divisão de Fiscalização – Difis, e suas projeções nas unidades jurisdicionadas, a fiscalização de tributos internos e contribuições apresentou ótimos resultados, tanto na área Previdenciária como na Fazendária, como se vê nos quadros a seguir, tendo sido constituído um crédito tributário total de quase R\$ 2,4 bilhões:

5.2.2 Indicador: Realização das metas de fiscalização

- a) Utilidade: mensurar o nível de presença fiscal seja em ações de fiscalização direta ou de malhas fiscais
- a) Tipo: eficácia
- b) Fórmula de cálculo: Quantidade de ações fiscais realizadas dividida pela quantidade de ações fiscais programadas
- d) Método de aferição: Sistema Ação Fiscal
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Cofis
- f) Resultado do indicador no exercício: Satisfatório, considerado o conjunto de resultados obtidos nas áreas previdenciária e fazendária, ademais levando-se em conta o período de transição decorrente da criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, com a extinção das anteriores Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária.

Área Previdenciária

Linha de Atuação Previdenciária	Diagnóstico de Contribuintes A+	Combate à Sonegação	Combate à Inadimplência	Pessoa Física	Total
Meta	30	735	164	200	1129
Realizado	23	629	330	189	1171
Percentual	76,67%	85,58%	201,22%	94,50%	103,72%
Crédito Lançado	-	-	-	-	822.804.409

FONTE DE DADOS: COPAV (QUANTITATIVOS); SISTEMA CNAF (VALORES)

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
 Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

FISCALIZAÇÃO RP - DIAGNÓSTICO CONTRIBUINTES A+												
MÊS	META				RESULTADO							
	MENSAL	AC.ATE MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	DO MÊS		AC. ATÉ O MÊS		TRIMESTRAL		ANUAL	
janeiro	6	6	30	30	-	0,00%	-	0,00%	0	0,00%	23	76,67%
fevereiro	-	6			-		-	0,00%				
março	-	6			-		-	0,00%				
abril	9	15			-	0,00%	-	0,00%				
maio	-	15			3		3	20,00%	5	55,56%		
junho	-	15			2		5	33,33%				
julho	9	24			1	11,11%	6	25,00%				
agosto	-	24			5		11	45,83%	6	66,67%		
setembro	-	24			-		11	45,83%				
outubro	6	30			4	66,67%	15	50,00%				
novembro	-	30			2		17	56,67%	12	200,00%		
dezembro	-	30			6		23	76,67%				

FISCALIZAÇÃO RP - COMBATE À SONEGAÇÃO												
MÊS	META				RESULTADO							
	MENSAL	AC.ATE MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	DO MÊS		AC. ATÉ O MÊS		TRIMESTRAL		ANUAL	
janeiro	147	147	735	735	15	10,20%	15	10,20%	105	71,43%	629	85,58%
fevereiro	-	147			21		36	24,49%				
março	-	147			69		105	71,43%				
abril	220	367			42	19,09%	147	40,05%				
maio	-	367			31		178	48,50%	130	59,09%		
junho	-	367			57		235	64,03%				
julho	220	587			34	15,45%	269	45,83%				
agosto	-	587			44		313	53,32%	132	60,00%		
setembro	-	587			54		367	62,52%				
outubro	148	735			109	73,65%	476	64,76%				
novembro	-	735			58		534	72,65%	262	177,03%		
dezembro	-	735			95		629	85,58%				

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

FISCALIZAÇÃO RP - COMBATE À INADIMPLÊNCIA

MÊS	META				RESULTADO							
	MENSAL	AC. ATÉ MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	DO MÊS		AC. ATÉ O MÊS		TRIMESTRAL		ANUAL	
					VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
janeiro	33	33	33	164	34	103,03%	34	103,03%	117	354,55%	330	201,22%
fevereiro	-	33			14		48	145,45%				
março	-	33			69		117	354,55%				
abril	50	83			22	44,00%	139	167,47%				
maio	-	83			21		160	192,77%				
junho	-	83			38		198	238,55%				
julho	50	133			24	48,00%	222	166,92%				
agosto	-	133			22		244	183,46%				
setembro	-	133			26		270	203,01%				
outubro	31	164			23	74,19%	293	178,66%				
novembro	-	164			13		306	186,59%				
dezembro	-	164			24		330	201,22%				

FISCALIZAÇÃO RP - PESSOA FÍSICA

MÊS	META				RESULTADO							
	MENSAL	AC. ATÉ MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
janeiro	40	40	40	200	25	62,50%	25	62,50%	65	162,50%	189	94,50%
fevereiro	-	40			11		36	90,00%				
março	-	40			29		65	162,50%				
abril	60	100			25	41,67%	90	90,00%				
maio	-	100			11		101	101,00%				
junho	-	100			12		113	113,00%				
julho	60	160			20	33,33%	133	83,13%				
agosto	-	160			13		146	91,25%				
setembro	-	160			16		162	101,25%				
outubro	40	200			16	40,00%	178	89,00%				
novembro	-	200			5		183	91,50%				
dezembro	-	200			6		189	94,50%				

As metas previdenciárias foram atingidas no total (103,72%), ficando um pouco abaixo da meta quantitativa nas linhas de Diagnóstico de Contribuintes A+, de Combate à Sonegação, e de Pessoa Física.

No caso do Diagnóstico de Contribuintes A+, essa ação tinha por objetivo a fiscalização de empresas de grande porte, sem indício de irregularidade, com período a ser auditado de até 10 anos, e incluía a verificação de todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias no período, o que ocasionou procedimentos demorados, prejudicando o atingimento da meta. Para 2008, a Cofis extinguiu essa linha de ação.

No caso do Combate à Sonegação, o número de horas em atividade fiscal utilizado para fixação das metas ficou super dimensionado em relação ao número de auditores efetivamente alocados na Fiscalização. Na maioria das unidades, houve necessidade de redirecionar seu efetivo fiscal externo para outras atividades essenciais, e assim, não tiveram mão de obra fiscal suficiente para executar esta meta na sua totalidade.

Área Fazendária

Fiscalização	Pessoa Jurídica			Pessoa Física	Total
	Diferenciado	Demais	Total		
Metas	131	428	559	771	1330
Realizado	181	596	777	1102	1879
Percentual	138,17%	139,25%	139,00%	142,93%	141,28%
Crédito Lançado (R\$)	1.045.763.302	443.400.000	1.489.163.302	75.027.456	1.564.190.758

FONTE DE DADOS: COPAV (QUANTITATIVOS) E SISTEMA AÇÃO FISCAL (VALORES)

Na área fazendária, a região obteve um ótimo desempenho no que diz respeito ao alcance das metas, em todas as linhas de atuação, porquanto, no total, ultrapassou em 41,28% a meta estabelecida.

Além do controle das metas, é de se registrar a atuação intensa da Difis no fornecimento de subsídios às Delegacias para a realização de trabalhos de fiscalização, com qualidade e produtividade, inclusive a realização de diversas reuniões técnicas e treinamentos de capacitação do pessoal, ao longo de 2007.

MÊS	META				RESULTADO							
					DO MES		AC. ATE O MES		TRIMESTRAL		ANUAL	
	MENSAL	AC.ATE MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	VALOR.	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
janeiro	11	11	11	131	18	163,64%	18	163,64%	43	390,91%	181	138,17%
fevereiro	-	11			11		29	263,64%				
março	-	11			14		43	390,91%				
abril	30	41			18	60,00%	61	148,78%				
maio	-	41			8		69	168,29%				
junho	-	41			12		81	197,56%				
julho	35	76			16	45,71%	97	127,63%				
agosto	-	76			19		116	152,63%				
setembro	-	76			23		139	182,89%				
outubro	55	131			13	23,64%	152	116,03%				
novembro	-	131			10		162	123,66%				
dezembro	-	131			19		181	138,17%				

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão

FISCALIZAÇÃO TI - DEMAIS P. JURÍDICAS

MÊS	META				RESULTADO							
					DO MÊS		AC. ATÉ O MÊS		TRIMESTRAL		ANUAL	
	MENSAL	AC.ATÉ MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
janeiro	90	90	428	91	94	104,44%	94	104,44%	172	191,11%	596	139,25%
fevereiro	-	90			25		119	132,22%				
março	-	90			53		172	191,11%				
abril	91	181			51	56,04%	223	123,20%				
maio	-	181			43		266	146,96%				
junho	-	181			55		321	177,35%				
julho	124	305			35	28,23%	356	116,72%				
agosto	-	305			39		395	129,51%				
setembro	-	305			61		456	149,51%				
outubro	123	428			45	36,59%	501	117,06%				
novembro	-	428			38		539	125,93%				
dezembro	-	428			57		596	139,25%				

FISCALIZAÇÃO TI - PESSOAS FÍSICAS

MÊS	META				RESULTADO							
					DO MÊS		AC. ATÉ O MÊS		TRIMESTRAL		ANUAL	
	MENSAL	AC.ATÉ MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
janeiro	148	148	771	267	26	17,57%	26	17,57%	157	106,08%	1.102	142,93%
fevereiro	-	148			23		49	33,11%				
março	-	148			108		157	106,08%				
abril	267	415			290	108,61%	447	107,71%				
maio	-	415			171		618	148,92%				
junho	-	415			116		734	176,87%				
julho	195	610			80	41,03%	814	133,44%				
agosto	-	610			91		905	148,36%				
setembro	-	610			57		962	157,70%				
outubro	161	771			70	43,48%	1.032	133,85%				
novembro	-	771			37		1.069	138,65%				
dezembro	-	771			33		1.102	142,93%				

5.2.2 Controle Aduaneiro

A atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o País também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

**Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão**

A balança comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 40,039 bilhões em 2007, resultante de exportações de US\$ 160,649 bilhões e importações de US\$ 120,610 bilhões. Este resultado foi 13,8% menor do que o superávit de US\$ 46,456 bilhões de 2006. As exportações em 2007 apresentaram um crescimento de 16,6% em relação aos US\$ 137,807 bilhões exportados em 2006. Já as importações de 2007 cresceram 32% em relação aos US\$ 91,351 bilhões registrados no ano anterior. A corrente de comércio (exportações + importações) totalizou US\$ 281,259 bilhões, valor recorde histórico para o período e 22,2% maior que o registrado em 2006.

Todo esse crescimento se refletiu num expressivo aumento nas atividades de controle aduaneiro desenvolvidas pela RFB, principalmente na quantidade de desembaraços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do grande incremento nas atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos.

Na 10ª Região Fiscal, sob coordenação e acompanhamento da Divisão de Controle Aduaneiro – Diana, da SRRF10, e suas projeções nas unidades jurisdicionadas, em 2007 foram desembaraçadas 152.981 Declarações de Importação - DI, no valor de US\$ 13.414.838.632,20, perfazendo 8,45% do total de DI desembaraçadas no Brasil, ocorrendo, em relação a 2006, acréscimo de cerca de 10,87% na quantidade e de 26,58% no valor de DI desembaraçadas.

Em relação ao tempo médio do despacho aduaneiro de importação (indicador 30), a média anual de tempo bruto do despacho da região foi de 2 dias 5 horas 2 minutos (2,21 dias), a terceira menor entre as regiões e inferior à média nacional anual de 2 dias 11 horas 45 minutos.

Apesar de não ter atingido a meta da região para 2007, que era de um tempo bruto de 2 dias 2 horas 52 minutos (2,12 dias), houve um decréscimo de 8,85% no tempo médio bruto anual do despacho aduaneiro de importação de 2007, em relação a 2006 (2 dias 10 horas 11 min).

Registre-se, ainda, que a região apresentou, no quarto trimestre de 2007, o terceiro menor tempo entre as regiões, seja no tempo bruto (1 dia 21 horas 7 minutos), seja no tempo líquido (1 dia 12 horas), inferior à média nacional (4 dias 6 horas para tempo bruto e 3 dias 14 horas 24 minutos para tempo líquido), e à meta anual, de 2 dias 2 horas e 52 minutos.

Índice de Realização da Meta de Tempo Bruto de Despacho de Importação			
Ano 2007			
10ª RF	Meta	Realizado	Índice de Realização (meta/realizado)
1º trimestre	2d 2h 52min	2d 5h 31min	95,04%
2º trimestre	2d 2h 52min	2d 7h 33min	91,56%
3º trimestre	2d 2h 52min	2d 10h 4min	87,60%
4º trimestre	2d 2h 52min	1d 21h 7min	112,74%
10ª RF anual	2d 2h 52min	2d 5h 2min	95,93%

Quanto à exportação, houve em 2007 o desembaraço de 308.082 Declarações de Exportação - DE, no valor de US\$ 19.875.819.535,87, perfazendo 21,71% do total de DEs desembaraçadas no país, ocorrendo, em relação a 2006, decréscimo de 4,43% na quantidade e acréscimo de 27,47% no valor de DEs desembaraçadas.

Já quanto ao tempo médio do despacho de exportação (índicador 31), a média anual de tempo bruto do despacho da região foi de 7 horas12 minutos, a segunda menor entre as regiões, e inferior à média nacional de 9 horas 21 minutos, superando-se a meta da região para 2007, que era de um tempo bruto de 10 horas e 33 minutos.

Índice de Realização da Meta de Tempo Bruto de Despacho de Exportação			
Ano 2007			
10ª RF	Meta	Realizado	Índice de Realização (meta/realizado)
1º trimestre	0d 10h 33min	0d 7h 12min	146,52%
2º trimestre	0d 10h 33min	0d 7h 12min	146,52%
3º trimestre	0d 10h 33min	0d 7h 55min	133,26%
4º trimestre	0d 10h 33min	0d 6h 57min	151,79%
10ª RF anual	0d 10h 33min	0d 7h 12 min	146,67%

No tocante às atividades de revisão e auditoria de importação de 2007, o Gerencial do Radar apresenta um registro de 2.917 “Fichas Despacho Importação”, 15,64% do total nacional de FDI e 406 “Fichas de Auditoria de Importação”, 5,63% do total nacional de FAPI.

Em relação às atividades de auditoria de exportação, o Gerencial do Radar apresenta um registro de 35 “Fichas Despacho de Exportação”, 14% do total nacional de FDE e 3 “Fichas de Auditoria de Exportação”, 1,35% do total nacional de FAPE.

Quanto a habilitações de importadores e exportadores no Radar, esta RF registrou 1.427 “Fichas de Habilitação”, o que representa 9,86% do total nacional de FHAB.

De acordo com o indicador de gestão 24, 268 empresas foram objeto de procedimentos fiscais fora do despacho aduaneiro em 2007, sendo que 5,45% do total dessas empresas atuam na 10ª RF. Em números absolutos de procedimentos realizados em todo o Brasil, a 10ª RF ficou em 5º lugar.

5.2.2.1 Indicador: Tempo médio bruto de despacho aduaneiro na importação

- a) Utilidade : mensurar a agilidade no controle aduaneiro das importações
- b) Tipo: eficiência
- c) Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da Declaração de Importação (DI) até o seu desembarque, no período.
- d) Método de aferição: Sistema Siscomex Gerencial
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coana.
- f) Resultado do indicador no exercício.: Satisfatório, considerando-se que, embora não tenha sido atingida a sua própria meta, o resultado é sensivelmente menor que a meta RFB (Brasil), ademais de que o resultado obtido pela 10ª Região Fiscal, **2d:05h:02min**, é menor que o tempo bruto do despacho de importação no Brasil.

Índice de Realização da Meta de Tempo Bruto de Despacho de Importação Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização (meta/realizado)
RFB	03d:11h:16min	02d:11h:45min	139,36%
10ª RF	02d:02h:52min	02d:05h:02min	95,93%

5.2.2.2 Indicador: Tempo médio bruto de despacho aduaneiro na exportação

- a) Utilidade : mensurar a agilidade no controle aduaneiro das exportações
- b) Tipo: eficiência

- c) Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre a recepção da Declaração de Exportação (DE) até o seu desembarque, no período.
- d) Método de aferição: Sistema Siscomex Gerencial .
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - Coana.
- f) Resultado do indicador no exercício. Positivo, e satisfatório, haja vista que o resultado obtido pela 10ª Região Fiscal supera sua própria meta e, também, o resultado obtido pela RFB.

Índice de Realização da Meta de Tempo Bruto de Despacho de Exportação Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização (meta/realizado)
RFB	00d:10h:33min	00d:09h:21min	112,83%
10ª RF	0d 10h 33min	0d 7h 12 min	146,67%

5.3 Vigilância e Repressão

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e do controle sobre o comércio exterior, exercido pela RFB para cumprir uma de suas missões, que é contribuir para a melhoria do ambiente de negócios regular do País, totalizou R\$ 1,051 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20 % em relação ao mesmo período do ano passado.

Os produtos piratas e outras mercadorias, que não podem ser levadas a leilão ou doadas a entidades sem fins lucrativos, ou incorporadas ao patrimônio público, por estarem em desacordo com as normas que regulam o seu consumo ou utilização, foram objeto de destruição.

Em 2007, mais de 7.000 toneladas de produtos piratas e contrabandeados, avaliados em cerca de R\$ 228 milhões, foram destruídos, deixando de ingressar no mercado doméstico, evitando-se alto potencial de risco à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, bem assim preservando a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

Na 10ª Região Fiscal, as atividades de repressão ao contrabando e ao descaminho são desenvolvidas e coordenadas pela Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho , da SRRF10 - Direp10, contando, também, as demais unidades jurisdicionadas da 10ª Região Fiscal, com Equipes e servidores dedicados a essa atividade.

A Direp 10 é constituída por oito servidores Auditores Fiscais e seis servidores Analistas Técnicos, da RFB, um servidor do Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados, e um motorista.

Possui um depósito localizado no município de São Leopoldo, que é utilizado como centro de triagem de mercadorias e para armazenamento de mercadorias apreendidas em suas operações, exercendo o controle e o gerenciamento deste depósito. Utiliza também depósito terceirizado, controlado e jurisdicionado pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil, de Porto Alegre - IRF/POA, assim como depósito para veículos, com cerca de 7.000 m², cedido sem ônus para a Receita Federal pelas autoridades do porto de Porto de Porto Alegre, cuja área cedida também é controlada e jurisdicionada pela IRF/POA.

No exercício de 2007, a Direp10 incrementou significativamente suas atividades na repressão ao contrabando e descaminho, aumentou sua integração e trocas de informações com diversas instituições policiais e com a Receita Estadual, além de concluir a reestruturação de seu depósito em São Leopoldo, e acompanhar a realização de licitação para aquisição dos uniformes e coletes de proteção balística, previstos para entrega até março de 2008.

Durante o ano de 2007, foram realizados contatos e trabalhos conjuntos com as unidades locais da 10^a RF, bem assim com as instituições Brigada Militar, Polícia Civil, Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sediadas em Porto Alegre e no interior do Estado do Rio Grande do Sul, aperfeiçoando cada vez mais a integração e articulação das ações de repressão na 10^a Região Fiscal.

Muitos produtos e mercadorias apreendidas foram incorporados ao patrimônio da SRRF10/Direp, tais como filmadoras, binóculos, câmeras digitais, palmtops, notebooks, pen drives, GPS, para serem utilizados por ocasião de suas operações, assim como no processamento das mercadorias apreendidas, o que resultou em economia de recursos orçamentários e financeiros para a RFB, haja vista a não necessidade de licitação e compra desse tipo de equipamentos.

Em 2007, a Direp utilizou suas viaturas ostensivas (duas Rangers, duas X Terra, uma Frontier, uma S10) e discretas (um Clio, uma Palio Week End, um Versailles e uma S10), seu caminhão e motorhome - todos adquiridos com recursos do Programa de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira – PMATA/2006, em muitas operações realizadas ao longo do ano.

O motorhome da Direp, em ação de destaque, foi utilizado de forma continuada durante quinze dias em operação realizada em Foz de Iguaçu, assim como em muitas outras operações realizadas em Sant'Ana do Livramento e no norte do estado. Nas operações da Direp são utilizados, também, caminhões e veículos de outras unidades.

Em 2007 foram realizadas, na 10ª RF, quatrocentas e noventa e duas operações de repressão, promovidas e realizadas pela RFB, ou em conjunto com outros órgãos, o que representa um aumento de oitenta por cento em relação ao número de operações realizados no ano de 2006 (duzentas e setenta e duas operações de repressão), superando, portanto, a meta prevista de quatrocentas e trinta e quatro operações para o ano de 2007.

O valor das mercadorias apreendidas na 10ª RF foi estimado em R\$ 43.014.412,35, de acordo com dados obtidos do sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA.

Deve-se dar destaque, também, à apreensão de quatorze milhões de dólares, em espécie, em diversas moedas estrangeiras, realizada em Santo Ângelo, e que não está incluída no referido valor.

Procurando capacitar e treinar seus servidores e colaboradores, também foi realizado curso de formação de agentes de repressão na Academia da Polícia Civil - Acadepol, com duração de vinte e um dias, para duas turmas constituídas por vinte e sete servidores da Direp e das unidades jurisdicionadas pela SRRF10.

Referido curso envolveu disciplinas tais como treinamento de tiro, defesa pessoal, técnicas de algemação, planejamento e prática de operações, técnica de entrevista, pronto socorrista, e educação física. O curso contribuiu para a melhoria da capacitação e qualificação técnica dos servidores que atuam na repressão ao contrabando e descaminho na 10ª RF.

Operações de destaque e principais produtos apreendidos

Nos parágrafos a seguir são relacionadas as principais operações de repressão ao contrabando e descaminho realizadas na 10ª RF no período de janeiro a dezembro de 2007.

- Operações realizadas nos correios pela Direp, com apreensões estimadas em trezentos e vinte mil reais.

- Apreensão em Torres, realizada pela Direp, de carga de bolsas, relógios e tênis contrafeitos, estimada em oitocentos mil reais.

- Apreensão da Direp de carreta transportando carga de cigarro em Pelotas, com valor estimado em quinhentos mil reais.

- Fiscalizações de lojas de eletrônicos e de informática de Porto Alegre pela Direp, valor estimado em cento e dez mil reais.

- Operações conjuntas com a IRF Livramento, realizadas na jurisdição desta Inspetoria, pela Direp, DRF Santa Maria, DRF Novo Hamburgo e IRF Porto Alegre, que resultaram em apreensões significativas e tiveram marcante presença fiscal..
- Operação realizada no camelódromo de Torres pela Direp e unidades da 10 ª RF, apreensão estimada em oitocentos mil reais.
- Operação realizada pela DRF Passo Fundo em Chapecó (cem mil reais).
- Apreensão pela DRF Santo Ângelo de dois mil e seiscentos e cinquenta pneus.
- Diligências realizadas pela Direp em conjunto com a IRF Porto Alegre, IRF Livramento e DRF Novo Hamburgo, na investigação de casos de interposição fraudulenta nas empresas Securitech, Ibtrade, Born, respectivamente, que resultaram em apreensões significativas de mercadorias (valor estimado em mais de dez milhões de reais).
- Apreensão de contêiner de mercadorias estrangeiras pela equipe de vigilância da Alfândega do Porto de Rio Grande, com apoio da Direp 10.
- Operação conjunta da Direp com a DRF/Caxias do Sul e a Delegacia da Polícia Federal de Caxias do Sul, chamada Operação Espiral, que resultou em significativa apreensão de pneus e eletrônicos no município, com valor estimado em quatrocentos mil reais.
- Apreensão de equipamentos médicos em Congresso realizado em Bento Gonçalves, realizada pela Direp em conjunto com a DRF Caxias do Sul, estimada em trezentos e cinqüenta mil reais.
- Operações conjuntas da Direp, IRF/POA e DRF/Santa Maria, com a 6ª e a 9ª Regiões Fiscais, realizadas em Belo Horizonte, no Shopping Oiapoque, e em Foz de Iguaçu, com duração de seis e quinze dias, respectivamente.
- Apreensão em Torres, em 31 de junho de 2007, realizada pela Direp, de carga de perfumes, com valor estimado em seiscentos e trinta mil reais. Foi também apreendido o veículo condutor, caminhão Volvo, ano de fabricação 2004, com valor estimado em cento e vinte mil reais.

- Fiscalização em lojas de equipamentos de sonorização de origem estrangeira para veículos automotores, resultando em apreensão com valor estimado em cerca de oitenta mil reais.
- Operação de repressão realizada pela Direp nas rodovias e balsas da região norte do Rio Grande do Sul, no período de 24/08/2007 à 27/08/2007, juntamente com as DRF/Passo Fundo, DRF/Santa Maria, IRF/PortoAlegre, IRF/Sant’Ana do Livramento e DRF/Santo Ângelo, que resultou na apreensão de produtos com valor estimado em duzentos mil reais.
- Operação de presença fiscal, realizada em lojas de Porto Alegre, pela Direp, na qual foram apreendidas mercadorias com valor estimado em duzentos e quarenta mil reais. Nesta operação, foram apreendidos produtos tais como rádios para carro, máquinas fotográficas digitais, MP3, play station dois, cartões de memória, e cerca de sessenta notebooks, de marcas Acer e Sony Vaio.
- Operação de repressão ao contrabando e descaminho realizada pela Direp e unidades locais, no Camelódromo de Rio Grande, tendo sido efetuada apreensão de mercadorias com valor estimado em quinhentos mil reais.
- Apreensão de moeda estrangeira, na jurisdição da DRF/Santo Ângelo, com valor estimado em vinte e seis milhões e trezentos mil reais.

5.3.3. Conclusões, sobre o andamento dos trabalhos e da implantação das Direps.

Analizando os trabalhos da Direp/10^aRF, em 2007, verificamos uma atuação bastante intensa na repressão ao contrabando e descaminho, como comprova o significativo incremento no número de operações de repressão realizados em 2007 em relação ao ano de 2006, assim como os significativos valores de apreensões de mercadorias registrados no CTMA, e a apreensão de moeda estrangeira realizada em Santo Ângelo.

Salienta-se, também, a melhoria da capacitação e qualificação técnica dos servidores que atuam na repressão ao contrabando e descaminho na 10^aRF, obtida através da participação de vinte e sete servidores da Direp e das unidades locais em curso de formação de agentes de repressão realizado na Academia da Polícia Civil (Acadepol), em Porto Alegre.

Consideramos positivo o *modus operandi* e a integração da Direp/10^aRF com o Escritório de Pesquisa e Investigação – Espei/10^aRF, e com as equipes de repressão das unidades locais. As perspectivas por este lado são promissoras, e tendem a melhorar cada vez mais.

OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO

MÊS	META				RESULTADO							
	DO MÊS		AC. ATÉ O MÊS		TRIMESTRAL		ANUAL					
	MENSAL	AC. ATÉ MÊS	TRIMESTRAL	ANUAL	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
janeiro	23	23	82	118	20	86,96%	20	86,96%	133	112,71%	492	113,36%
fevereiro	25	48			24	96,00%	44	91,67%				
março	34	82			36	105,88%	80	97,56%				
abril	38	120			33	86,84%	113	94,17%				
maio	40	160			37	92,50%	150	93,75%				
junho	40	200			63	157,50%	213	106,50%				
julho	35	235			20	57,14%	233	99,15%				
agosto	41	276			8	19,51%	241	87,32%				
setembro	40	316			53	132,50%	294	93,04%				
outubro	40	356			50	125,00%	344	96,63%				
novembro	40	396			41	102,50%	385	97,22%				
dezembro	38	434			107	281,58%	492	113,36%				

Nos anexos a seguir, são apresentadas tabelas relacionando os quantitativos das operações realizadas.

No anexo 3, é apresentada tabela que relaciona valores das apreensões totais no período de janeiro a dezembro de 2003 a 2007. Deve-se salientar que as apreensões de moeda estrangeira não são consideradas nesta tabela

OPERAÇÕES DE REPRESSÃO AO CONTRABANDO E AO DESCAMINHO									
METAS e EXECUÇÃO EM 2007									
NÚMERO DE OPERAÇÕES									
1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre/nov			
UNIDADE	Meta	Executado	Meta	Executado	Meta	Executado	Meta	Executado	
DIREP10	9	10	9	21	9	12	9	5	
Livramento	25	25	45	43	45	42	45	48	
Passo Fundo	4	8	4	5	4	2	4	1	
Santa Maria	4	4	5	4	6	5	6	3	
Santo Ângelo	3	3	3	3	3	3	3	3	
Uruguaiana	5	5	6	11	6	15	6	22	
Caxias do Sul	0	0	0	5	0	4	0	0	
Pelotas	12	5	16	12	18	21	20	25	
Chuí	0	0	0	0	0	3	0	1	
Rio Grande	20	20	30	29	25	40	25	24	
Total	82	80	118	133	116	147	118	132	

INDICADORES DAS PRINCIPAIS OPERAÇÕES - 2007

RF10	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado
	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT
Direp10	2	2	3	3	4	5	3	8	3	7	3	6
DRF Passo Fundo	0	3	2	3	2	2	1	1	2	2	1	2
DRF Santa Maria	2	2	0	0	2	2	2	2	1	0	2	2
DRF Santo Angelo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
DRF Uruguaiana	1	1	2	1	2	3	2	0	2	2	2	9
DRF Caxias do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
DRF Pelotas	4	0	4	1	4	4	4	4	6	1	6	7
IRF Livramento	8	7	8	10	9	8	15	7	15	13	15	23
IRF Chuí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IRF Rio Grande	5	4	5	5	10	11	10	10	10	10	10	9
Soma	23	20	25	24	34	36	38	33	40	37	40	63
Brasil - RFB	96	85	106	125	123	165	128	160	130	173	141	296

RF10	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado
	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT	QT
Direp10	3	4	3	5	3	3	3	3	3	1	3	1
DRF Passo Fundo	1	0	2	2	1	0	1	1	1	0	2	0
DRF Santa Maria	2	1	2	2	2	2	2	1	2	2	2	0
DRF Santo Angelo	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	0
DRF Uruguaiana	2	5	2	4	2	6	2	10	2	8	2	4
DRF Caxias do Sul	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
DRF Pelotas	6	6	6	8	6	7	6	2	6	7	8	16
IRF Livramento	15	12	15	10	15	20	15	18	15	10	15	20
IRF Chuí	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
IRF Rio Grande	5	13	10	14	10	13	10	13	10	11	5	0
Soma RF10	35	45	41	49	40	53	40	50	40	41	38	41
Brasil - RFB	125	181	136	180	147	234	142	314	136	227	128	235

No anexo seguinte, é apresentada tabela que relaciona valores das apreensões totais no período de janeiro a dezembro de 2003 a 2007. Deve-se salientar que as apreensões de moeda estrangeira não são consideradas nesta tabela.

HISTORICO DE APREENSÕES NO PERÍODO DE 2003/2007	
ANO	VALOR (R\$)
2003	39.231.405,04
2004	64.294.315,36
2005	43.217.097,67
2006	54.824.873,07
2007	43.014.412,35

5.1 Indicador: Realização das metas de operações de vigilância e repressão

- a) Utilidade: mensurar o nível de presença fiscal, mediante ações de vigilância e repressão
- c) Tipo: eficácia
- d) Fórmula de cálculo: Quantidade de ações de vigilância e repressão realizadas dividida pela quantidade de ações programadas
- d) Método de aferição:
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Corep
- f) Resultado do indicador no exercício: Satisfatório, considerados a meta e resultados obtidos.

Índice de Realização da Meta de Vigilância e Repressão Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	1.538	2.375	154,42%
10ª RF	434	492	113,36%

5.4 Interação com a sociedade e fortalecimento do cumprimento espontâneo:

5.4.1 – Atendimento ao Contribuinte

Dentro da estratégia institucional de fortalecimento do cumprimento espontâneo por meio do atendimento à distância, a RFB oferece três canais de acesso:

- o atendimento via Internet; no sitio da RFB na Internet www.receita.fazenda.gov.br, que registrou aproximadamente 522 milhões de acessos em 2007. A quantidade de declarações recebidas por este meio foi de mais de 43 milhões. O Serviço Interativo de Atendimento Virtual, e-Cac, com uso de certificados digitais - que

permite o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal, registrou 42,0 milhões de acessos em 2007, contra 16,9 milhões de acessos em 2006;

- o Fale Conosco: foram respondidas aproximadamente 219 mil consultas, via Fale Conosco, serviço de correio eletrônico da RFB;

- o Receitafone: em 2007 recebemos aproximadamente 4 milhões de ligações no Receitafone, serviço de atendimento telefônico da RFB, entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

No ano de 2007, foram atendidos aproximadamente 17,3 milhões de contribuintes, nas unidades de atendimento da RFB, bem superior aos 11,2 milhões atendidos em 2006. O aumento do número de atendimentos justifica-se, principalmente pela unificação da SRP e SRF e pela implantação do Simples Nacional. Em consequência, observou-se um aumento considerável no Tempo Médio de Espera por Serviços, que em 2007 foi de aproximadamente 32 minutos, acima dos 27 minutos, média anual de 2006.

Na 10ª Região Fiscal, sob a coordenação e acompanhamento da Divisão de Integração com o Cidadão – Divic, o atendimento pessoal em 2007 foi de cerca de 1,4 milhões de contribuintes, sendo 49% superior ao número de atendimentos realizados em 2006.

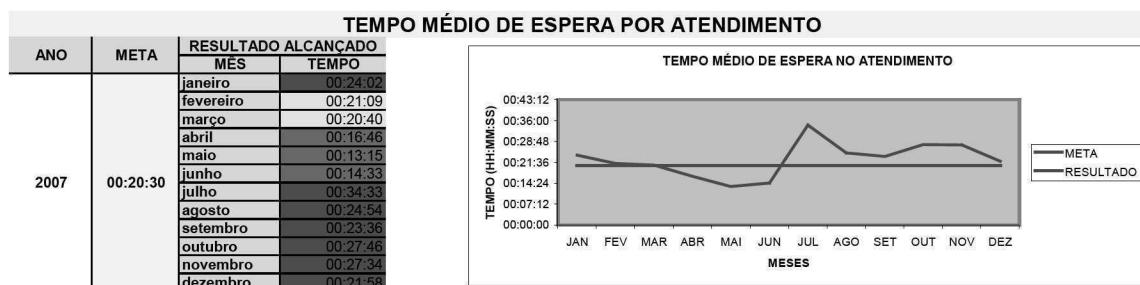
O Tempo Médio de Espera por Serviços alcançou em dezembro de 2007 a 21min:58seg, superior ao resultado alcançado em 2006, que foi de 19min:54seg. No entanto, a 10ª RF obteve o menor tempo médio de espera do Brasil em 2007.

Indicador: Tempo médio de espera por atendimento nos CAC e Agências da RFB

- a) Utilidade : mensurar a agilidade no atendimento ao contribuinte
- b) Tipo: eficiência
- c) Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre a retirada pelo contribuinte da senha no ponto de atendimento e o início da prestação do serviço pelo atendente.
- d) Método de aferição: Saga
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coint.
- f) Resultado do indicador no exercício. Satisfatório, haja vista que, embora não alcançada sua própria meta, a 10ª Região Fiscal obteve um resultado realizado de 21min:58seg, em tempo menor que a meta estabelecida para a RFB - 23min:00seg, em âmbito nacional.

**Índice de Realização da Meta de Tempo Médio de Espera por Atendimento
Ano 2007**

	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	23min:00seg	29min:24seg	78,23%
10ª RF	20min:30seg	21min:58seg	93,32 %



g) Impactaram o resultado obtido neste indicador, a implantação do Simples Nacional, que causou uma grande procura por atendimento nas unidades jurisdicionadas no 3º e 4º trimestres de 2007. Além disso, é de ser destacada a unificação da SRF e SRP, em que várias unidades não tiveram acréscimo de servidores oriundos da SRP, bem assim, o retorno de vários servidores administrativos ao INSS.

h) Destacam-se como medidas já implementadas, visando a diminuição do TME, a realização de treinamentos regionais e locais em que ocorreu o repasse de conteúdos previdenciários. Está sendo desenvolvido estudo, pelo representante regional da unificação, sobre as unidades de atendimento, mapeando o número de servidores fazendários e previdenciários e a demanda e o conhecimento sobre os serviços previdenciários, visando identificar aquelas unidades que apresentam problemas e sugestão de solução.

De qualquer forma, verifica-se que é necessário reposição de pessoal para podermos realizar um atendimento de excelência ao cidadão, principalmente nas unidades em que não tivemos acréscimo de servidores e naquelas em que ocorreu o retorno dos servidores administrativos ao INSS.

5.4.2 Interação com o Cidadão e Educação Fiscal:

No período de janeiro a dezembro de 2007, foram promovidos 162 eventos de Educação Fiscal na 10ª Região Fiscal, totalizando 9.126 participantes. Os eventos concentram-se no Módulo I, dedicado ao Ensino Fundamental, e no módulo III, que alcança os servidores públicos, como se demonstra a seguir.

10ª Região Fiscal - Eventos de Educação Fiscal - Janeiro a Dezembro de 2007

Tipo Trim.	Módulo I		Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		Total	
	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes
S	35	2622	10	449	17	366	7	517	5	1375	74	5.329
D	42	2302	4	137	17	849	2	67	5	186	70	3.541
C	5	112	0	0	13	144	0	0	0	0	18	256
TOTAL	82	5.036	14	586	47	1.359	9	584	10	1.561	162	9.126

Módulos: I - Ensino Fundamental; II - Ensino Médio; III - Servidores Públicos; IV - Ensino Superior; V - Sociedade em geral.
S: Sensibilização; D: Disseminação; C: Capacitação

Até 2007, 131 municípios do Rio Grande do Sul foram sensibilizados por ação direta dos Representantes da Educação Fiscal – regional, estadual e locais – e dos Disseminadores da Educação Fiscal.

Durante o mês de março/2007, os tutores da 10ª RF estiveram envolvidos nos preparativos para o Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, sobretudo nos contatos com as instituições de ensino para divulgar o curso junto aos professores da rede de escolas municipais e particulares.

Deve-se registrar o esforço da Região, neste ano, em assegurar que houvesse pelo menos um disseminador em cada ARF/IRF para impulsionar o desenvolvimento dos trabalhos de Educação Fiscal.

Por ocasião do evento denominado Encontro Regional de Administradores 2007, realizado em 26 e 27 de junho, foi lançado um desafio aos Delegados, Inspetores e Agentes: em todas as Agências e Inspetorias da Receita Federal do Brasil deveria haver um disseminador de Educação Fiscal. Seguiu-se ampla divulgação do EAD a ser realizado no 2º semestre e, em resposta, muitos colegas se inscreveram e hoje fazem parte da Equipe Regional de Educação Fiscal – EREF. espera que, ao final de 2007, cada Unidade da 10ª RF conte com pelo menos um disseminador.

**Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal
Tomada de Contas 2007 – Relatório de Gestão**

No 2º semestre de 2007, ocorreu mais um curso à distância de Disseminadores de Educação Fiscal. Os tutores da 10ª RF promoveram, até setembro, 15 aulas presenciais, que contaram com a participação de 236 alunos, entre professores - dos ensinos fundamental e médio - e servidores da RFB.

A Superintendência da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal tornou público na última sexta-feira, 26/10, o vencedor do Prêmio “Amigo da Educação Fiscal” que buscava, além de divulgar e engajar seu quadro funcional na aplicação dos princípios contidos no Programa de Educação Fiscal – PNEF, criar uma identificação regional para o mesmo.

Para participar do concurso o funcionário, ou seu dependente, deveria inscrever uma frase criativa e inovadora cujo tema fosse a Educação Fiscal.

Referido concurso contou com a inscrição de diversos servidores, com um total de 63 frases apresentadas, que foram analisadas pela Comissão Julgadora composta pela Sra. Simone Anacleto Lopes, Procuradora Regional da Fazenda Nacional, pelo Sr. Jarí Bellaver Monteiro, Chefe da Controladoria Regional da União, e pelo Sr. José Maurício de Souza Queiroz, Diretor Regional do Centresaf.

A frase escolhida foi “EDUCAÇÃO FISCAL – CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO”, de autoria do servidor Miguel Ângelo Lovato, da DRF/Santa Maria.

Além da Portaria de Elogio emitida pela Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, o vencedor recebeu o troféu “**Prêmio Amigo da Educação Fiscal**”, por ocasião de evento em que foi comemorado o “Dia da Receita Federal do Brasil”, em 20Nov07.

